



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Bernardo Souza Zampereti

**GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL COMO FERRAMENTA PARA
REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: um estudo de caso no município
de Capão da Canoa**

Porto Alegre
2021

**GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL COMO FERRAMENTA PARA
REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: um estudo de caso no município
de Capão da Canoa**

Trabalho de conclusão de curso de especialização apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Administração Pública Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Clezio Saldanha dos Santos.

Porto Alegre

2021

RESUMO

Este trabalho objetiva demonstrar de que forma a gestão integrada da segurança pública, no município de Capão da Canoa-RS, tem influência nos resultados evidenciados pelos indicadores de criminalidade entre os anos de 2015 a 2020. A fim de elucidar esse questionamento, efeito de um estudo de caso, realizaram-se entrevistas com os atores da segurança pública municipal e pesquisas documentais para embasar este trabalho, através de coleta e tratamento de dados e uso da triangulação para comprovação dos dados obtidos e analisados na pesquisa. Verificou-se o fortalecimento da integração direta entre os órgãos de governo, as forças de segurança e a população, nos últimos três anos, com foco na prevenção e combate à criminalidade. Tal movimento permite o aperfeiçoamento na construção de uma política pública de segurança pública municipal efetiva e eficiente com foco no bem-estar da população e no alcance de bons indicadores na área.

Palavras-chave: segurança pública; integração; indicadores criminais; política pública;

ABSTRACT

This work aims to demonstrate how the integrated management of public security in Capão da Canoa-RS has an influence on the results evidenced by crime indicators between the years 2015 to 2020. In order to elucidate this question, that came from a case study, interviews with municipal public security members and documentary researches were made to support this work, through data collection and processing, and the use of triangulation to prove the data obtained and analyzed in the research. It was verified that there was a strengthening of direct integration between government agencies, security forces and the population over the past three years, focusing on preventing and combating crime. This movement allows the improvement of an effective and efficient public security policy construction, focused on the population well-being and on achieving good indicators in the area.

Palavras-chave: public security; integration; criminal statistics; public policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REVISÃO TEÓRICA.....	10
2.1 CRIMINALIDADE.....	10
2.1.1 Indicadores.....	12
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA.....	13
2.2.1 Formulação.....	15
2.2.2 Avaliação.....	16
2.3 GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL.....	17
3 METODOLOGIA.....	19
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	19
3.2 POPULAÇÃO-ALVO.....	21
3.3 DADOS: TIPOS, COLETA E TRATAMENTO.....	22
3.3.1 Tipos de dados.....	22
3.3.2 Coleta de dados.....	22
3.3.3 Tratamento de dados.....	23
3.3.4 Uso da triangulação.....	24
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	26
4.1 AÇÕES MUNICIPAIS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	26
4.1.1 Gabinete de Gestão Integrada.....	26
4.1.2 Conselho Municipal de Segurança Pública.....	28
4.1.3 Repasse ao Grupo de Apoio às Polícias.....	29
4.1.4 Criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública.....	30
4.2 INTEGRAÇÃO ENTRE OS ATORES DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	31
4.3 DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE CRIMINALIDADE.....	32
4.4 ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
APÊNDICES.....	46

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública passou, nas últimas décadas, a figurar como um dos temas mais debatidos nacionalmente, seja pelas pessoas, em conversas informais, pela abordagem diária dos veículos de comunicação e mesmo pelas agendas governamentais nos municípios, estados e União. Dentro da academia, muitos estudos concentraram-se em desvendar os limites e as capacidades do poder público e também da sociedade civil organizada na resolução dos problemas relacionados à violência, em especial a urbana.

A dificuldade de gestão na administração pública é uma realidade em todas as esferas de governo e há distintas razões para que o resultado posto seja esse, cada qual com suas características. Nesse sentido, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado pelo Ministério da Justiça, em 2007, e regido pela Lei nº 11.530/07, surgiu como um instrumento para fomentar prevenção, controle e repressão da criminalidade de variadas formas. De acordo com as diretrizes do Pronasci, as ações deviam se dar “mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública” (BRASIL, 2007).

Ressalta-se, no entanto, uma vertente essencial para o sucesso do projeto: a integração entre os entes federativos, materializada, em especial, na modalidade do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), presente e descrito no artigo 6º, inciso I da referida lei. Foi necessário, conforme Miraglia (2006, p. 89), “eleger o município como mais um também da percepção das potencialidades da ação do poder local nesse campo de atuação”, pelo próprio conhecimento mais específico possuído pelos agentes políticos municipais.

A integração entre os órgãos do segurança pública em âmbito municipal, estadual e nacional, assim como forças locais vivas, tais quais entidades de classe, conselhos municipais e grupos de apoio às polícias (GAPs), é um conceito basilar para o funcionamento de um GGI. A integração sistêmica permitiu o aprimoramento das ações, a partir do diagnóstico, do plano de ação e das constantes atualizações feitas em conformidade com a necessidade local. O aumento da atuação da esfera municipal na política de segurança pública partiu “da demanda social por segurança, que solicita ações imediatas no combate à violência e à criminalidade e não

diferencia a responsabilidade dos diferentes níveis de governo” (AZEVEDO, 2007, p.11).

Este trabalho teve como centro de estudo o Gabinete de Gestão Integrada de Capão da Canoa, município de médio porte, atualmente, o mais populoso do litoral norte gaúcho com 55.009 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O GGI-M de Capão da Canoa foi criado no dia 7 de junho de 2018. Trata-se de um espaço que promove a articulação conjunta das múltiplas estratégias de prevenção à violência, reforçando as potencialidades na obtenção dos melhores resultados na redução da criminalidade. Foi pioneiro no litoral norte gaúcho, região com significativo crescimento populacional nos últimos anos, de acordo com as projeções do IBGE, e que passou por um aumento ainda mais substancial durante a pandemia, quando a região foi escolhida como destino fixo para muitas pessoas, conforme dados apresentados nos veículos de comunicação, pelas entidades de classes que representam a construção civil e o mercado imobiliário.

Embora o GGI-M de Capão da Canoa incluía em seu escopo original outras ações, como instalação de internet de fibra ótica em todos os prédios públicos e telefonia VoIP, tecnologia que utiliza a internet para realizar chamadas telefônicas, esta pesquisa teve como foco a segurança pública, exposta a partir da atuação conjunta entre as forças de segurança estaduais e o poder público municipal.

O GGI-M, localizado no quarto andar da Prefeitura de Capão da Canoa, é composto por 260 câmeras de videomonitoramento, dispostas em todo o município (sede e distritos), em pontos elencados em conjunto com a Brigada Militar e Polícia Civil, forças atuantes no espaço. Há câmeras que realizam a leitura de placas de veículos, para identificar se há registro de furto ou roubo, e também há pontos estratégicos que contam com reconhecimento facial, a fim de identificar indivíduos foragidos do sistema prisional ou que aparecem no cadastro de pessoas desaparecidas. A central telefônica para atendimento de ocorrências policiais, através do número 190, também passou a funcionar no centro administrativo municipal.

Diante desse contexto de transformação e formulação de política pública de segurança, inédito até então, onde o município aparece como um dos atores protagonistas, levando em conta a necessidade de compreender as especificidades de cada lugar, as pesquisas acadêmicas surgiram como uma importante ferramenta

para ampliar discussões e análises, além de apontar possíveis caminhos para o aprimoramento dessas políticas públicas e demais ações governamentais com foco na qualificação da segurança pública, tanto no espectro local (município) quanto nos espaços amplos (estados e União).

A pergunta de pesquisa, além de estar atrelada ao interesse prático e/ou intelectual, precisa, essencialmente, trazer conceitos que interligados chegam ao que o tema propõe. O projeto pode, em seu término, não responder de maneira exata àquilo inicialmente perguntado, mas, através desse movimento, é capaz de criar novos questionamentos, visando propagar o tema no universo científico. A delimitação faz-se necessária, em especial, pela amplitude do tema, com foco na identificação e discussão de uma questão particularizada.

Este trabalho buscou elucidar, através do aprofundamento na realidade particular deste projeto municipal, a seguinte questão: como se caracteriza o Gabinete de Gestão Integrada de Capão da Canoa na redução dos índices de criminalidade do município?

1.1 Objetivos

Fator fundamental para que a pesquisa obtenha êxito, os objetivos necessitam ser claros e capazes de sintetizar o que se busca com o desenvolvimento do trabalho. Enquanto ao objetivo geral cabe resumir e apresentar a ideia central do trabalho, os específicos precisam detalhar os caminhos da pesquisa, ou seja, como se realizou o texto.

1.1.1 Objetivo Geral

Descrever as ações do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Capão da Canoa no combate à criminalidade no período entre 2015 a 2020.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a)** identificar ações que evidenciam a participação do município como ator na formulação da política de segurança pública;
- b)** descrever a integração entre os órgãos de governo e sociedade civil como

ferramenta do projeto do GGI-M;

c) comparar os indicadores de criminalidade de Capão da Canoa entre 2015 e 2020, período pré e pós a implantação do Gabinete de Gestão Integrada;

d) analisar os resultados da política de segurança pública do município.

1.2 Justificativa

A promoção de trabalhos acadêmicos acerca da segurança pública permite aos agentes públicos e à comunidade ampliar suas visões sobre esse assunto cotidiano, que permeia a vida de toda a população, em especial quando tratado de forma específica, como esse trabalho. As milhares de cidades brasileiras enfrentam problemas na área da segurança, portanto, explorar e investigar projetos que permitam mudar determinada realidade é, também, um dever da academia.

O cenário de municipalização da segurança pública, focada na integração entre os entes federativos e demais atores sociais envolvidos na matéria, enseja que os projetos de pesquisa se debrucem sobre esses temas. O presente trabalho esteve inserido nesse contexto de atualidade temática e interesse comum a respeito do assunto. A promoção de espaços de conhecimento aos responsáveis pelas políticas públicas de cada local tornou-se um fator essencial para o aprimoramento dessa área de discussão e vivência pública.

2 REVISÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica de um projeto de pesquisa consiste no embasamento conceitual a partir das ideias de outros autores, expostas em qualquer tipo de material científico, como artigos, livros e periódicos. Assim, este trabalho discorre, de forma sucinta e objetiva, a respeito dos conceitos de criminalidade e seus indicadores, políticas públicas de segurança, sua formulação e avaliação, identificando a maneira que ambos se complementam e correlacionam a fim de fundamentar teoricamente o desenvolvimento do problema de pesquisa.

2.1 CRIMINALIDADE

O estudo sobre criminalidade está presente em áreas diversas do conhecimento, como administração, economia, psicologia, jornalismo, entre outras, devido a gama de possibilidades e vertentes que o assunto proporciona. Grande parte das pesquisas acadêmicas tem dedicado esforços a duas áreas dentro desse tema: as condições particulares do indivíduo e os processos e contextos que influenciam o ser humano a tomar determinadas atitudes criminosas.

“Uma primeira direção que os estudos sociológicos privilegiam é a macrossociológica. Neste sentido, são valorizadas as variáveis processuais, estruturais e institucionais que incidem sobre a etiologia dos crimes cometidos. Uma primeira questão aqui é saber quais são os elementos macrossociais que pesam sobre o sujeito e o fazem cair (ou o laçam) no mundo do crime. Uma segunda questão, ainda dentro desse arcabouço, é como esses elementos atuam. [...] Há, contudo, uma segunda direção que alguns sociólogos privilegiam para abordar os determinantes da entrada no mundo do crime, neste segundo caminho os estudiosos (sociólogos ou não) focalizam numa dimensão microssociológica, apontando – junto com psicólogos, economistas e, até mesmo, psiquiatras – que são as características individuais e as motivações dos sujeitos que realizam os delitos que os encaminham para o mundo do crime.”. (LIMA, 2017, p. 216).

Embora este trabalho não vise o aprofundamento no mérito dessas questões, é importante discorrer a respeito para compreender determinadas circunstâncias e colocar em prática programas e projetos a fim de alterar determinada realidade. É fundamental, portanto, que haja conexão dos entes federativos e das demais categorias envolvidas em determinada temática com a realidade, com foco na

identificação do cerne do problema. Os trabalhos acadêmicos são importantes e atualizadas ferramentas capazes de elucidar e indicar possibilidades de aplicação de intervenções que objetivam o desenvolvimento e qualificação da segurança pública. Destaca-se que

“Do ponto de vista da intervenção pública para a manutenção da paz social, não importa conhecer a verdade. Importa, antes de mais nada, reconhecer se em uma determinada região há alguma regularidade estatística entre aqueles fatores criminogênicos, concretos (presença de armas, drogas etc.), ou imaginários (supervisão familiar, reconhecimento etc.), e, além disso, saber se o Estado possui instrumentos para intervir nessa regularidade, direta ou indiretamente, com a participação da própria sociedade”. (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 234).

Para o órgão governamental, ter à disposição e consultar estudos que destrichem sobre criminalidade “permitem que o planejador do Estado escolha dentre inúmeras variáveis aquelas que supostamente devem ser as mais importantes” (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 234).

Identificar a origem da criminalidade, em especial ao governante municipal, dá luz a caminhos que podem ser percorridos, visando o melhoramento desta área social. É um processo de desenvolvimento complexo, mas que possibilita aperfeiçoar não somente o contexto de vivência das pessoas em situação de vulnerabilidade social, mas da sociedade como um todo, em áreas centrais ou periféricas.

O aumento da criminalidade, nas últimas décadas, faz com que o Estado tenha que investir de forma mais constante e significativa na segurança pública. Investimento esse seja para o aprimoramento das políticas públicas de prevenção, quanto para o aparelhamento das forças policiais que atuam na repressão direta à criminalidade. Nesse sentido, de acordo com Ramos (2014), vale destacar que

“[...] as avaliações na área da segurança pública e prevenção não são nada fáceis em razão de muitas variáveis como: a migração do crime de uma área para a outra, as múltiplas dimensões da criminalidade, efeitos a médio e longo prazo, dentro outras. De todo modo, as avaliações são cruciais para garantir a continuidade (ou não) de certos programas e para que os recursos possam ser empregados de forma eficiente.” (RAMOS, 2014, p. 108).

Diante desse contexto, verifica-se a dificuldade em conceituar a segurança pública e constata-se que esse termo “trata-se menos de um conceito teórico e mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações

sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais” (COSTA; LIMA; 2014, p. 482). A administração da ordem e dos conflitos por parte do poder público, enquanto Estado, está ligada ao escopo de ações tomadas a fim de estabelecer a harmonia social, através do equilíbrio e de ações integradas em diferentes áreas.

O Brasil detém um histórico de políticas nacionais de segurança calcadas, fundamentalmente, na repressão com foco na diminuição das taxas criminais, bem como na atuação dos órgãos de controle. Foi viável testemunhar uma transformação nesses procedimentos, a partir do momento em que abriu-se um fórum de debate para desenvolvimento de ações preventivas e de promoção ao convívio social saudável e pacífico.

2.1.2 Indicadores

Em consonância com o exposto acima, Jannuzzi (2001, p.15) sustenta que “o indicador social é um instrumento operacional para o monitoramento da realidade social”. A construção e análise desses indicadores oportunizam a avaliação de desempenho de determinada política pública, averiguando as consequências das ações em determinado período de tempo.

Este trabalho analisou os seguintes indicadores criminais disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul: homicídio doloso, total de vítimas de homicídio doloso; latrocínio; furtos; abigeato; furto de veículos; roubo; roubo de veículos; estelionato; delitos relacionados à armas e munições; entorpecentes – posse; entorpecentes – tráfico; vítimas de latrocínio; vítimas de lesão corporal seguida de morte.

Os levantamentos em números são fundamentais para todos os tipos de políticas públicas, em especial na segurança pública. A partir delas, é viável obter uma mensuração das atividades e dos resultados e, conseqüentemente, aprimorar as atuações do Estado e da sociedade civil enquanto mediadores desses conflitos. Salienta-se, a partir da literatura consultada e que aborda as informações estatísticas, que o diagnóstico precisa ser constante com o propósito de indicar a direção adequada – eliminando ações que não obtiveram êxito, assim como apontando intervenções substanciais para evolução do projeto.

Todas essas informações se constituem em “dados ou representações

numéricas de características de produtos e processos utilizados para acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo” (HAZAN; LEITE; 2007, p. 5). Com isso, é imprescindível que os sujeitos que operacionalizam os dados sejam capacitados com foco na orientação e melhoramento das atividades ligadas à área da segurança pública.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

A concepção de política pública está atrelada à garantia de direitos constitucionais, a partir de programas, ações e projetos elaborados pelo Estado, assim como aqueles não assegurados pela Constituição Federal, mas que se afirmam devido ao reconhecimento por parte do poder público ou da própria sociedade. Por não possuir uma rigorosidade metódica, pode-se adequar conforme as necessidades vigentes a partir de sua implementação. Além disso, a política pública concretiza as ações do governo, efetuando praticamente os objetivos previamente traçados.

As definições sobre as políticas públicas, no cenário democrático, deveriam refletir questões que privilegiassem o maior número de pessoas possível. No entanto, nota-se que tanto na definição dos problemas a serem solucionados, quanto na elaboração das ações a serem praticadas pelas instituições, existe a ação dos indivíduos ou dos grupos que possuem uma força capaz de influenciar de forma significativa, assim como das regras formais e informações que regem os órgãos. Dar condições para políticas desenvolvimentistas é uma atribuição do Estado, que, calcando o papel de propulsor, possui um papel essencial em todo o processo. Conforme Souza, no entanto, as

“[...] definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o locus onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores”. (SOUZA, 2006, p. 25).

A política engloba distintas camadas da sociedade na sua formulação, embora seja executada diretamente pelo ente governamental, pois é o mecanismo que instrumentaliza as ações do governo. A política pública é abrangente e exige

um austero planejamento, levando em conta que possui objetivos a serem alcançados, em geral, em longo prazo, pois trata de amplas questões. Dessa maneira, a política de desenvolvimento deve observar, para Gomide, Sá e Silva e Pires (2014, p. 233) “a necessidade de incorporar ao funcionamento da administração pública elementos de natureza político-relacional, como a articulação entre os setores público e privado”.

A relação intersetorial entre os setores público e privado é essencial para a efetivação de uma política pública de segurança capaz de solucionar as mazelas da maneira mais eficiente possível. É preciso, conforme Oliveira (2002), fazer a diferenciação de políticas de segurança pública e políticas públicas de segurança.

“Políticas de segurança pública é expressão referente às atividades tipicamente policiais, é a atuação policial “strictu sensu”. Políticas públicas de segurança é expressão que engloba as diversas ações, governamentais e não governamentais, que sofrem impacto ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência”. (OLIVEIRA, 2002, p. 47).

Para o desenvolvimento deste trabalho, utiliza-se a segunda concepção como adequada para compreender o cenário em questão, buscando elucidar o problema trazido pela pesquisa.

Ainda sobre a relação multidisciplinar das políticas públicas, constata-se que “proximidade entre governantes e governados e a experiência mais direta com os problemas possam estimular o interesse da sociedade civil para as questões públicas” (DIAS NETO, 2005, p. 55), ponto de vista que é reforçado com o movimento de municipalização das políticas de segurança. O estímulo ao protagonismo municipal está inserido em uma conjuntura de reforço das “políticas de base e de legitimação do sistema político-estatal como um todo” (DIAS NETO, 2005, p. 55).

É uma forma posta em prática desde o início do milênio, que se tornou notável na última década, inclusive suscitando discussões a respeito de descentralização das políticas públicas que, em tese, eram de responsabilidade nacional. Ao constar como tendência a atuação constante dos governos municipais no campo da segurança pública, “surge a necessidade de acompanhar tais atuações, que podem resultar em efeitos sobre a taxa de violência, bem como na percepção de política pública sobre o problema” (AZEVEDO, 2007, p.11).

O autor João Pedro Schmidt (2008, p. 2315) divide as fases das políticas

públicas em cinco: percepção e definição de problemas; inserção na agenda política; formulação; implementação e avaliação. Essa divisão permite compreender a complexidade que envolve a trajetória até que seja posta em prática as ações pensadas por diversos atores sociais envolvidos no tema. Aqui, abordaremos de forma mais específica a formulação e a avaliação, etapas importantes para o desenvolvimento do presente trabalho.

2.2.1 Formulação

A formulação da política pública “constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26). Nesse ponto, a segurança pública aparece como pauta eminente dos governos nas diferentes esferas, a partir do momento em que se identificam problemas sociais a serem solucionados. Embora sejam evidentes os deveres de cada ente governamental e que muitas pautas sejam de deliberação em âmbitos específicos, há temas convergentes e que aparecem em todos os espaços público-administrativos, como a segurança.

A formulação de uma política pública é um momento, segundo Schmidt (2008, p. 2318), que “envolve conflitos, negociações e acordos entre os agentes com capacidade de decisão (*decision-makers*) e os grupos sociais interessados”. Ratifica-se, portanto, a constante necessidade de um fórum aberto de decisões, que não devem ser unilaterais, mas debatidas de forma ampla a segurança pública, devido ao envolvimento de distintos segmentos no cotidiano. A literatura indica que, na fase da formulação, já se estabelece as metas e objetivos, bem como a responsabilidade de cada ator social ligado ao tema.

No que tange à participação popular, a própria Constituição Federal assegura mecanismos de presença do povo, não somente na formulação, mas em outros estágios da política pública, como implementação e controle. Quando mais ampla for a participação, maior a chance de resultados completos, levando em conta que cada formulador produzem suas ideias a partir de um concepção particular de mundo. A viabilidade de uma política pública se dá a partir das informações sobre a realidade a ser transformada, portanto, um robusto debate precisa ser realizado.

2.2.2 Avaliação

As políticas públicas trazem consigo uma expectativa de “que elas venham a tensionar com as normas vigentes e, em muitos casos, requerer a produção de novas normas” (GOMIDE; SÁ E SILVA; PIRES, 2014, p. 238). Como campo de conhecimento, as produções acadêmicas trazem, no cenário recente, importantes contribuições para interpretar as instituições políticas, bem como o funcionamento das estratégias e negociações que norteiam o cotidiano governamental. A avaliação dessas políticas públicas constitui em um importante espaço de aprimoramento das ações do governo, assim como das instituições a ele ligadas, responsáveis pela execução dos programas.

Neste momento, é viável receber um retorno das atividades executadas durante as etapas anteriores, visto que

“[...] consiste no estudo dos êxitos e das falhas do processo de sua implementação. Ela proporciona retroalimentação (*feedback*) e pode determinar a continuidade ou a mudança da política, podendo ser realizada pelas próprias agências e por encarregados da implementação ou por instâncias independentes (órgãos externos, universidades, centros, consultores)”. (SCHMIDT, 2008, p. 2320).

Thoenig (2000) assegura que o propósito da avaliação é fornecer informação, isto é, ela deve ser orientada para retomar a ação, a fim de seguir a linha ininterrupta de constante aperfeiçoamento da política pública. Cabe destacar que a avaliação “pode também, por exemplo, ser elemento central na disputa eleitoral, no controle das interações intergovernamentais e na busca de acomodação de forças e de interesses no âmbito intraburocrático” (FARIA, 2008, p. 100).

A avaliação, embora seja a última etapa, tem um papel de destaque nas reformas nacionais, pois é a partir dela que se encontram os resultados apresentados de todos os estágios anteriores, compilando as ações efetuadas e analisando-as. É nela onde também se fortalecem e aprimoram os sistemas de informação e de execução das ações, com o propósito de construir melhores indicadores, por meio de um retorno da informação ou do processo do ciclo de políticas públicas retratado até aqui.

2.3 GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL

Frente ao exposto, fica evidente a necessidade de integração constante e aprimorada entre os entes de governo a fim alcançar os objetivos de uma política pública de segurança, cada vez mais complexa diante do cenário de qualificação e organização das organizações criminosas. A criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), através da Lei nº 13.675/2018, sancionada em 11 de junho, evidenciou a necessidade de reforçar as ações conjuntas entre União, estados e municípios.

Cabe destacar que, conforme Zenkner (2009),

“[...] diante do crescimento quantitativo e da acentuada sofisticação dessas ações delituosas, tornou-se imprescindível a adoção de estratégias conjuntas de ação e o aprimoramento dos procedimentos de obtenção, cruzamento e centralização de informações sobre organizações criminosas. Nesse sentido, os organismos de repressão devem estar preparados para uma resposta à altura e, para tanto, têm que assumir um novo papel diante do desafio que se apresenta, buscando uma maior proximidade [...]”. (ZENKNER, 2009, p. 277).

Essa aproximação entre os órgãos governamentais para tratar de forma localizada a segurança pública se evidenciou nos últimos anos e tem se constituído em uma prática comum nos municípios, mesmo entre os de pequeno porte. Por menos que seja o aparato de integração, qualquer conjunção pode auxiliar no aprimoramento da política pública. A fragmentação do sistema policial vigente impossibilitava o aperfeiçoamento dos processos de atuação e, a partir do fortalecimento das ações integradas, percebeu-se um melhor desenvolvimento das atividades.

Conforme o Luiz Eduardo Soares, referência teórica e prática na área, os Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) funcionam como uma importante ferramenta para colocar em práticas ações conjuntas, entre os órgãos públicos e a sociedade civil organizada, a fim de alcançar os propósitos na entrega de uma segurança pública qualificada para a população. O autor reforça que “os GGIs começaram a operar, imediatamente, e, nos raros Estados em que, nos anos seguintes, não foram esvaziados pelo boicote político, renderam frutos e demonstraram-se formatos promissores”. (SOARES, 2007, p.7).

Balestreri (2009), por sua vez, define que o GGI

“[...] é um fórum deliberativo e executivo, que tem como missão integrar sistemicamente os órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, priorizando o planejamento e a execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade. Visa ainda avançar sobre um paradigma de segurança pública, com enfoque em boas práticas de gestão por resultados”. (BALESTRERI, 2009, p.11)

Essa gestão por resultados exposta por Balestreri fortalece a necessidade de avaliação contante das práticas da política pública, objetivando alcançar os melhores índices na entrega final à população. Nesse contexto, naturaliza-se a descentralização da União e dos estados como grandes propositores da política de segurança, fazendo com o que os municípios se tornem atores importantes no desenvolvimento das atividades. A integração sistêmica acontece desde o compartilhamento da base de dados às reuniões avaliativas constantes entre os diferentes participantes do fórum deliberativo, com foco na promoção de uma política efetiva e eficiente.

Como os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais possuem a “tendência à descentralização da macropolítica pública e encampam o conceito da gestão integrada, reunindo em uma só unidade as principais autoridades responsáveis pelo combate a criminalidade e especialistas” (PINHEIRO; FERNANDES, 2009, p. 269), oportuniza-se a realização de intervenções mais concretas e concatenadas com a realidade local, premissa essencial para a obtenção de êxito na organização das ações.

O planejamento estratégico, a aproximação entre as instituições e a inteligência das forças policiais são marcas desses dispositivos. A sinergia entre os entes governamentais e as entidades organizadas permite a formalização de uma atuação em rede capaz de atingir os objetivos propostos e que antes, quando postos em prática de forma isolada, não alcançavam as marcas desejadas, devido à falta de associação entre os responsáveis. A instalação dos Gabinetes de Gestão Integrada nos municípios, além de se tornar requisito para a obtenção de recursos de outras esferas de governo, se consolida como um aparato multidisciplinar capaz de promover uma política de segurança eficaz em favor da defesa social.

3 METODOLOGIA

Sistematizar os processos que serão desenvolvidos ao longo do percurso da pesquisa torna-se indispensável para que o fluxo ocorra de maneira apropriada para o bom progresso do trabalho acadêmico e a metodologia concretiza essas ideias. Este capítulo, portanto, discorre sobre a forma como se deu o desdobramento da presente pesquisa, abordando os itens que a compõem.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Ao analisar, de forma exclusiva, a gestão integrada da segurança pública de Capão da Canoa, este trabalho constituiu-se em um estudo de caso, que, de acordo com Godoy (1995, p.25), “se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Tal tipo traz em si um caráter exploratório e descritivo, por investigar em alto grau determinado objeto, e propicia que o pesquisador enfrente inúmeras facetas de um mesmo assunto, buscando, através do confronto com a realidade, alcançar os objetivos do trabalho. Torna-se indispensável que toda a coleta de dados seja organizada a fim de favorecer o percurso de análise.

O estudo de caso se tornou uma ferramenta recorrente a partir do momento em que a pesquisa busca elucidar perguntas abertas, tais como e por quê, a respeito de certos eventos (GODOY, 1995), traduzindo-se em uma pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva, em determinados casos, pode ir “além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação” (GIL, 2008, p. 28). Nesse caso, avançar na descrição do ambiente e assimilar como isso influencia a construção do trabalho acadêmico são ações substanciais, partindo do pressuposto que a atuação prática está ligada a esse segmento de pesquisa.

O estudo de caso tem na observação e na entrevista instrumentos fundamentais para evolução da pesquisa. A execução de um estudo de caso permite a produção de “relatos detalhados do que acontece no dia-a-dia das vidas dos sujeitos e é derivado das notas de campo tomadas pelo pesquisador” (MOREIRA, 2002, p.52). Por buscar o aprofundamento em espaço social específico, a vivência empírica representa um passo importante para alcançar o

objetivo da pesquisa. Segundo Moreira (2002, p. 52), a etapa da observação pode ser caracterizada como “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental”. Este mecanismo foi utilizado para observar as capacidades dos atores sociais no desenvolvimento de uma política pública de segurança.

A entrevista é um dispositivo basilar para progresso da pesquisa, pois nela é possível ampliar o leque de informações referentes ao objeto. Cremilda Medina, na sua compreensão de entrevista, ressalta que “nas suas diferentes aplicações, é uma técnica da interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e a distribuição democrática da informação” (MEDINA, 1990, p. 8). Conforme Gil (2008, p. 109) “muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia”. Trata-se, notadamente, de um instrumento capaz de colaborar na produção da pesquisa de maneira efetiva, se utilizada corretamente.

O nível de estruturação da entrevista, nesse trabalho, foi progredido “por pauta”. Isto é, tratou-se de um roteiro brevemente estruturado, por ter como ponto central um determinado assunto. As perguntas estiveram relacionadas, mesmo que tenha sido proporcionada certa flexibilidade. Nessa modalidade

“O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo”. (GIL, 2008, p. 112).

A entrevista possibilitou compreender o pensamento e a realidade identificada por cada ator social envolvido no processo, neste caso, dos gestores municipais acerca da implementação de uma política pública. Stela Guedes Caputo (2006) amplia a compreensão sobre entrevista, não atribuindo um significado estrito.

“A entrevista é uma aproximação que o jornalista, o pesquisador (ou outro profissional) faz, em uma dada realidade, a partir de determinado assunto e também a partir de seu próprio olhar, utilizando como instrumento perguntas dirigidas a um ou mais indivíduos. Mas é só isso? Talvez não. Então aqui, outra vez, a palavra escapa, não consigo aprisioná-la em um conceito. [...] O que sinto, e apenas sinto, é que, quando o jornalista realiza bem essa aproximação, a entrevista se torna uma experiência. Uma experiência de olhar o mundo e ouvir o outro.” (CAPUTO, 2006, p.28).

Foi efetuada, durante a produção desse trabalho, uma pesquisa documental. Tal mecanismo funcionou tanto como um instrumento para validação das técnicas acima citadas quanto um propulsor de novas visões e informações a respeito do tema explorado, assim, a escolha e a análise dos materiais analisados foi feita de forma criteriosa e fundamentada. Nesse sentido, os documentos “podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto”. (GODOY, 1995, p. 63). O caráter temporal conferido aos documentos motivou um entendimento mais consistente acerca das ações, desse caso, do executivo municipal na implantação de uma política pública e de desenvolvimento da gestão integrada na área da segurança pública.

Nessa técnica, “os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno” (KRIPKA et al, 2015, p. 58). A pesquisa documental, desta forma, interagiu com as demais técnicas no quesito de expansão do saber em relação ao foco da pesquisa. Funcionou, então, como um meio de comunicação com atos registrados, admitindo uma releitura dos fatos junto às fontes primárias com foco na verificação das informações.

Embora possua características qualitativas e uma não seja excludente a outra, esta pesquisa foi também, em sua essência, quantitativa, a partir do momento que busca analisar os números referentes aos índices de criminalidade de Capão da Canoa, entre os anos de 2015 e 2020. A medição desses dados a respeito de determinado assunto o caracteriza invariavelmente como um trabalho quantitativo.

3.2 POPULAÇÃO-ALVO

Fizeram parte da população-alvo deste trabalho: gabinete do prefeito, vice-prefeita, procuradoria-geral, Secretaria de Gestão, Inovação e Planejamento, que é o espaço que abriga o Gabinete de Gestão Integrada, comandantes de Batalhão e de Companhia da Brigada Militar, Polícia Civil e servidores que atuam diretamente no Gabinete de Gestão Integrada.

3.3 DADOS: TIPOS, COLETA E TRATAMENTO

Os dados descritos e analisados são fundamentais para embasar e proporcionar o desenvolvimento da pesquisa. Neste subcapítulo, são expostas as os tipos de dados, como foi feita a coleta e o tratamento dessas informações para evolução do trabalho.

3.3.1 Tipos de dados

Os dados primários, isto é, aqueles alcançados diretamente pelo pesquisador, foram obtidos através de entrevistas realizadas com os atores envolvidos na administração pública local (prefeito e secretários municipais), bem como responsáveis pelas forças de segurança (comandantes de Batalhão, de Companhia, da Polícia Civil e servidores que atuam diretamente no Gabinete de Gestão Integrada) e demais indivíduos comprometidos e que atuam diretamente com o desenvolvimento da política pública de segurança.

Os dados secundários foram colhidos por meio de acesso aos dados divulgados pelo Governo do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Segurança Pública. Os dados analisados foram: homicídio doloso, total de vítimas de homicídio doloso; latrocínio; furtos; abigeato; furto de veículos; roubo; roubo de veículos; estelionato; delitos relacionados à armas e munições; entorpecentes – posse; entorpecentes – tráfico; vítimas de latrocínio; vítimas de lesão corporal seguida de morte.

3.3.2 Coleta de dados

A Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul disponibiliza os índices de criminalidade do estado com origem no ano de 2002 e já possui informações referentes a 2021 no *site* oficial. Em relação à datação da pesquisa, de janeiro de 2015 a junho de 2018, o foco da análise foi sobre como se comportaram os índices de criminalidade, em um período onde o Gabinete de Gestão Integrada ainda não havia sido instalado. Todas as entrevistas foram realizadas no mês de agosto de 2021 e as fontes foram: prefeito de Capão da Canoa (10min29s de entrevista), ex-secretário de Administração de Capão da

Canoa (entrevista realizada por escrito, a pedido do entrevistado), comandante do 2º Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (10min28s de entrevista), comandante da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (10min12s de entrevista), delegada regional da Polícia Civil e titular da Delegacia de Polícia de Capão da Canoa (15min1s de entrevista) e inspetor e chefe de investigação da Polícia Civil de Capão da Canoa (7min18s).

De agosto de 2018 a dezembro de 2020, foi possível identificar qual rumo esses dados tomaram e qual foi o impacto desta política pública, em curto prazo, no município. Explorar períodos prévios e posteriores à implementação do projeto estudado permitiu identificar o movimento que a política pública tomou após ser posto em prática um instrumento de ação.

O acesso de forma eletrônica e atualizada – por exemplo dos índices de criminalidade e dos documentos que formalizam a criação de órgãos e projetos nas esferas estadual e municipal - facilitou a imersão do pesquisador no conteúdo cerne deste trabalho e, naturalmente, possibilitou a mensuração de cada período, além de permitir analisá-lo de modo minucioso. Além dos indicadores criminais, são concedidos pelo Governo Estadual outros dados, como tabelas com orientação e definição técnica das estatísticas quanto aos tipos penais, periodicidade, recorte temporal e nível de desagregação e indicadores da violência de gênero no Estado do Rio Grande do Sul.

Após a tabulação e contextualização dos índices criminais de cada ano, foram realizadas as entrevistas com os atores inseridos na conjuntura de construção da política pública de segurança - que foram realizadas de forma presencial, com consentimento dos entrevistados e cumprindo os protocolos de segurança sanitária e também por e-mail com um único entrevistado. A entrevista foi estruturada e contou com um roteiro prévio a fim de nortear sua condução e o entrevistado. O entrevistador, portanto, “prepara-se para tal e segue um roteiro de indagação com dose variável de improviso, dependendo do tempo disponível e da própria interação com o entrevistado” (FERRARETTO, 2001, p. 274).

3.3.3 Tratamento de dados

As entrevistas realizadas com os atores sociais envolvidos, de alguma forma, na formulação e avaliação da política pública de segurança em Capão da Canoa e

na condução do processo de ações integradas na área passaram por uma análise qualitativa. A partir delas, foi possível desenhar um cenário, por meio de um recorte histórico, da segurança pública no referido município. Foi igualmente factível, por meio do conteúdo obtido nas entrevistas, analisar a forma de gerenciamento dessa área durante o período em questão.

Os índices de criminalidade, tidos como secundários por serem garantidos de forma indireta, serviram como parâmetro numérico e avaliativo da implantação do Gabinete de Gestão Integrada de Capão da Canoa. Os indicadores de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 foram tabelados e analisados ano a ano, a fim de identificar a progressão dos dados ao longo desse intervalo de tempo.

3.3.4 Uso da triangulação

Existem diferentes metodologias que possibilitam a comprovação dos dados obtidos e analisados na pesquisa. O uso da triangulação é uma delas e está em ampla difusão nos estudos, em especial, da área da administração, embora seja encontrado em diversas outras áreas, como engenharia de produção, saúde e educação pública. Sua gama de possibilidades permite que o autor possa ter referendado o trabalho em questão.

Pôr frente a frente as nuances do objeto estudado permitiu que o trabalho passasse por um diagnóstico mais preciso, isso porque “a triangulação permite que o fenômeno em estudo seja abordado de diferentes formas, ou por meio de métodos múltiplos, em tempos e com base em fontes diferentes” (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015, p. 244). Por essa complexidade, observou-se aumento da utilização do método nas pesquisas, a fim de corroborar a ideia final do autor.

Ao fazer uso da triangulação, exigiu-se do autor o emprego de diferentes estratégias de pesquisa capazes de apontar tanto as dimensões qualitativas quanto as quantitativas do objeto. O teor qualitativo, a fim de dar representatividade e posição aos atores sociais envolvidos no universo da pesquisa, enquanto a proporção quantitativa possibilitou mensurar a eficiência do projeto examinado.

Este estudo de caso foi produzido com base em entrevistas com servidores dos órgãos policiais. Os resultados desta etapa foram validados por meio de novas entrevistas com fontes-chave dentro do contexto do governo local. Por fim, a

análise documental foi realizada em documentos legais produzidos pelas autoridades do município e do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública, conforme exposto anteriormente.

Com isso, foi possível descrever a triangulação como um método que permite ao pesquisador aplicar “lentes paradigmáticas distintas, que se complementam para desvendar e produzir o conhecimento mais próximo à compreensão da complexidade das interações e dos problemas humanos” (CÁRDENAS et al. 2018, p. 248). Essas diferentes perspectivas, em diferentes momentos do momento, possibilitaram a ampliação da compreensão a respeito do objeto em estudo, isto é, buscando visões distintas a respeito do problema de pesquisa.

O uso da triangulação deu “possibilidade ao pesquisador, à pesquisa realizada e ao conhecimento científico produzido de obterem maior embasamento e sustentação empírica/analítica dos fenômenos investigados” (CÁRDENAS et al. 2018, p. 268). Com objetivo de garantir maior segurança na conclusão da pesquisa, o uso da triangulação assumiu papel importante no progresso dos estudos acadêmicos.

Conforme Zapellini e Feuerschütte (2015), a maior parte dos autores “relaciona suas definições do procedimento metodológico às formas como os dados são coletados e analisados, observando a combinação de técnicas ou métodos”. Observou-se por outro lado, que também há a definição de triangulação, “associando-a ao objeto ou fenômeno sob investigação, ou seja, articulando o método ao nível epistêmico e teórico que orienta o processo da pesquisa”. (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015, p. 244). Foi possível, com o emprego dessa técnica, concluir se há convergência, complementação ou divergência entre os dados analisados ao longo da pesquisa.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo objetiva realizar a descrição e análise focadas em desmembrar e elucidar os objetivos geral e específicos, com foco no desenvolvimento das ações ligadas à gestão integrada municipal com foco na redução da criminalidade no município de Capão da Canoa.

4.1 AÇÕES MUNICIPAIS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Desde 2018, observou-se o fortalecimento do poder público municipal como ator na área da segurança pública, aproximando as ações junto às forças de segurança ligadas ao Governo Estadual, bem como consolidando a participação da população, por meio Grupos de Apoio e Conselhos Municipais. Nesse sentido, busca-se descrever as intervenções da Prefeitura de Capão da Canoa no segmento.

4.1.1 Gabinete de Gestão Integrada

Capão da Canoa é um município de médio porte e, atualmente, o mais populoso do litoral norte gaúcho com 55.009 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, outros métodos de mensuração, como cartões do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social, evidenciam um maior número de moradores fixos que os expostos pelo órgão oficial.

O município tem maior destaque durante os meses de novembro a março, considerado o período de verão, e sua economia é baseada no turismo e na construção civil. A Prefeitura de Capão da Canoa conta em sua estrutura administrativa com 10 secretarias municipais, além do gabinete do prefeito, vice-prefeita e procuradoria-geral e é o espaço que abriga o Gabinete de Gestão Integrada, localizado no quarto andar do centro administrativo.

Em junho de 2018, a Prefeitura inaugurou, com recursos próprios, o Gabinete de Gestão Integrada, o GGI. Trata-se de um projeto que visa modernizar o município nessa área, trabalhando de forma conjunta com outras esferas de governo, órgãos

de representatividade e junto à população no âmbito da segurança pública.

O município é monitorado por, aproximadamente, 260 câmeras dispostas em todos os pontos da cidade, incluindo os distritos de Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim. São 56 prédios públicos, como escolas, postos de saúde, praças e ruas de intenso movimento, que possuem acompanhamento em tempo real de servidores do executivo e de Policiais Militares e Civis.

Com infraestrutura e sistemas de alta inteligência, a Central de Controle do Gabinete de Gestão Integrada está localizada no Centro Administrativo municipal. As imagens são armazenadas em sistema próprio e podem ser utilizadas para as investigações policiais e judiciais, tendo como principal atividade fim dar mais segurança à comunidade.

O cercamento eletrônico conta com câmeras de alta tecnologia e possibilita a leitura de placas para identificar veículos roubados ou com placas clonadas. O GGI possui, também, uma ferramenta de reconhecimento facial em câmeras instaladas em pontos estratégicos. É possível, com essa ferramenta, reconhecer foragidos do sistema prisional ou desaparecidos presentes no banco de dados do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Polícia Federal e Interpol.

Além da segurança pública, o Gabinete de Gestão Integrada está ligado à inclusão social, à transparência pública e ao livre acesso à informação. Foram disponibilizados, pela Prefeitura de Capão da Canoa, pontos de acesso a internet wi-fi liberados nas praças e áreas públicas. Dentro desse projeto do Gabinete de Gestão Integrada, a Prefeitura criou quatro aplicativos para ter contato mais direto e uma comunicação mais eficiente com a população. O “Digibus” permite que a população acompanhe a localização em tempo real do ônibus que a população utiliza, qual é a parada mais próxima do usuário e quanto tempo falta para que o transporte chegue.

O “Fala, Cidadão” proporciona um espaço para a comunidade informar o executivo sobre buracos nas ruas, postes que estão sem luz, problemas na área da saúde e outras situações do cotidiano. Com o sistema, o cidadão pode criar a ocorrência, é informado sobre o andamento e o município busca melhorar com essa colaboração. Com o aplicativo e site “Capão Digital”, é possível acompanhar o movimento em tempo real na beira-mar de Capão da Canoa e nas principais praças da cidade, funcionando como um instrumento turístico e de segurança.

O último aplicativo lançado foi o “Capão Mais Segura”. Moradores e comerciantes podem integrar suas câmeras de videomonitoramento com as já instaladas pela Prefeitura, ampliando o sistema de controle e fortalecendo a segurança pública no município. O intuito é fortalecer as relações com a comunidade para buscar o pleno e constante desenvolvimento do município.

4.1.2 Conselho Municipal de Segurança Pública

O poder executivo de Capão da Canoa criou, no dia 2 de janeiro de 2009, o Conselho Municipal de Segurança Pública (Comsep) e o Fundo Municipal de Segurança Pública (Fumsep), através da lei municipal número 2.566 (CAPÃO DA CANOA, 2009). Conforme as disposições legais, cabe ao Comsep, essencialmente, formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de segurança pública, garantindo a transversalidade necessária nos programas, projetos e ações desenvolvidos por órgãos públicos do município.

O Conselho é formado por 11 membros, sendo eles: um representante do Clube de Serviços com sede em Capão da Canoa; um representante de Entidade de Ensino Superior localizada no município; um representante do Comércio de Capão da Canoa; um representante da OAB - subseção Capão da Canoa; um representante da Indústria; dois representantes do Executivo Municipal; quatro representantes da sociedade civil legalmente constituída. Essa fragmentação permite que haja diversidade de representações junto ao Comsep, buscando debater a segurança pública de diversas formas e viéses.

Assim, os membros do Conselho Municipal de Segurança Pública são aptos a desenvolver programas, projetos e ações, visando a prevenção e combate a criminalidade no município, que sejam de iniciativa própria ou em parceria com instituições governamentais e não-governamentais afins, além de firmar convênios com órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de promover ou implementar a política municipal de segurança pública.

A reunião do Comsep acontece de forma mensal e ocorre na última quinta-feira de cada mês, com excessão das reuniões extraordinárias, a fim de tratar pautas pertinentes e urgentes como foco no desenvolvimento da segurança pública de Capão da Canoa. A pluralidade dessas reuniões, através das diferentes

representações compostas, amplia a capacidade assertiva na formulação da política de segurança pública no município.

O Fundo Municipal de Segurança Pública, por sua vez, se constitui em um objeto de projeto orçamentário próprio para a consecução de seus objetivos, constante no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) dos exercícios contábeis. Os recursos ali alocados servem para a implementação de programas, projetos e ações de prevenção e combate a criminalidade no município, a manutenção dos serviços de segurança pública do município, em conformidade com o artigo 144 da Constituição Federal. Além disso, tem como foco, a partir das verbas contidas no Fumsep, a aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos programas, projetos e ações de segurança pública desenvolvidos no município.

4.1.3 Repasse ao Grupo de Apoio às Polícias (GAP)

Constituído em 04 de novembro de 2004, Capão da Canoa conta o Grupo de Apoio à Companhia da Brigada Militar de Capão da Canoa. O órgão se caracteriza por ser uma esfera descentralizada de planejamento, controle, supervisão, avaliação e monitoramento corretivo das atividades de segurança pública. Sua finalidade é discutir problemas específicos e colaborar, direta ou indiretamente, nas ações da polícia ostensiva, valorizando o trabalho coletivo e cooperativo, voltado para a obtenção de bons índices na área da segurança.

O GAP possui caráter consultivo e reúne, regularmente, o Comando da Companhia da Brigada Militar, da Polícia Civil local e representantes da sociedade. Um dos objetivos do Grupo é aprimorar o combate ao crime por intermédio do apoio efetivo dos que convivem mais perto com os problemas no cotidiano, no caso, os moradores de Capão da Canoa. Por ser um órgão da sociedade essencialmente, elevar o grau de consciência comunitária sobre a complexidade dos problemas relativos à segurança pública e a participação efetiva na avaliação pública no trabalho policial também são objetivos do GAP.

Desde outubro de 2018, a Prefeitura de Capão da Canoa repassa ao Grupo de Apoio à Companhia da Brigada Militar um valor de oito mil reais, a ser dividido em 50% para a Brigada Militar e 50% para a Polícia Civil, totalizando quatro mil reais mensais para cada um dos órgãos. Essa verba é aplicada, em sua maioria, nos

serviços e manutenções cotidianas das forças policiais.

O repasse, conforme as fontes entrevistadas, propiciou melhora na qualidade dos serviços de segurança pública da Brigada Militar e da Polícia Civil, adequando a atuação para uma maior agilidade no atendimento das demandas específicas da comunidade e das próprias forças de segurança. Com ele, tornaram-se mais ágeis os serviços de segurança pública, pela transparência de autonomia decisória e operação para as frações locais e para os policiais que atuam na atividade de polícia ostensiva.

Este repasse permitiu o estabelecimento de uma coordenação capaz de articular as atividades das áreas ao conjunto de diretrizes e programas que compõe a política de segurança pública de Capão da Canoa. Foi viável, a partir desse movimento, formular estratégias para o enfrentamento de problemas que transcendem esta esfera.

Nesse sentido, reforçou-se a premissa de integração entre as forças de segurança pública, possibilitando o planejamento e a execução de políticas locais de policiamento em sintonia com a realidade de cada bairro ou distrito. São disponibilizados relatórios dos valores aplicados na administração e nas atividades da Brigada Militar e Polícia Civil, elaborado pelo técnico de referência e que é entregue à comissão de avaliação e monitoramento, bem como registros em atas as reuniões durante o período de vigência desse projeto.

4.1.4 Criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública

Emboras os projetos acima descritos estejam em prática, proporcionando resultados e em constante aprimoramento, Capão da Canoa ainda não possui uma Secretaria Municipal de Segurança Pública. No entanto, o executivo, conforme informações obtidas junto à Secretaria de Gestão, Inovação e Planejamento, está em vias de finalizar o projeto de lei que cria esta nova pasta municipal, para enviar à Câmara Municipal para votação.

Em janeiro de 2019, a Prefeitura organizou uma audiência pública para tratar de temas referentes à segurança pública e mobilidade urbana de Capão da Canoa. O encontro abordou temas como a criação da Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana, criação da Guarda Municipal, implantação de uma contribuição de melhoria específica para a área da segurança e criação de estacionamento

rotativo (zona azul) em Capão da Canoa. Foi feita uma apresentação do esboço do projeto e todos puderam se manifestar a respeito, no entanto, não observou-se, desde então, um andamento mais concreto nesses projetos.

Propor e conduzir a política de defesa social do Município, com ênfase na prevenção da violência e realização de programas sociais, planejando e executando as ações de defesa social permitem que a Secretaria Municipal de Segurança Pública possa nortear de maneira mais efetiva. É possível, a partir desse movimento, realizar um diagnóstico da situação em que se encontra a segurança pública e buscar o progresso e a qualificação da área no âmbito municipal.

4.2 INTEGRAÇÃO ENTRE OS ATORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

A aproximação do poder público municipal junto ao cenário da segurança pública, em Capão da Canoa, evidenciou-se, em especial, a partir da criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, a partir de junho de 2018 e acentua-se, em outubro do mesmo ano, quando o executivo inicia o repasse às forças de segurança. Com isso, nota-se um movimento de sinergia entre os atores da segurança pública, que resulta em um positivo avanço na área.

Ainda assim, a integração maior ocorre, efetivamente, entre a Brigada Militar e Polícia Civil, que atuam diretamente no combate à criminalidade. Capão da Canoa está inserida no programa RS Seguro, elaborado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública e que atua com foco territorial, em áreas com indicadores de maior criminalidade e vulnerabilidade socioeconômica. O programa apresenta planejamento de curto, médio e longo prazos. A atuação é focada nos municípios com maiores índices de violência e as cidades são definidas com base em análise técnica dos dados de violência.

O autor deste trabalho pode comparecer a uma reunião do RS Seguro, no dia 3 de agosto, de 2021, na sede do 2º Batalhão de Policiamento de Áreas Turísticas (2ºBPAT), coordenada pelas equipes da Brigada Militar e Polícia Civil do litoral norte gaúcho, e com a participação de integrantes do Corpo de Bombeiros e Instituto-Geral de Perícias. No encontro, que ocorreu de forma virtual, as principais lideranças das forças de segurança debateram sobre os principais indicadores, analisando o aumento ou queda dos mesmos, bem como trataram ocorrência a ocorrência, com foco na identificação das mazelas que levaram à existência do fato, tal qual no

percurso do atendimento à ocorrência e investigação do mesmo.

Figura 1 – Reunião RS Seguro



Fonte: registro do autor.

Ainda que a aproximação maior seja entre os atores ligado na atuação diária na segurança pública, a reunião mensal do Conselho Municipal de Segurança Pública une os demais segmentos constituídos e que sejam interessados no tema. Como descrito, nessa reunião é possível realizar uma orientação macro e com mais pluralidade de vozes no que se refere à construção de uma política pública de segurança municipal.

4.3 DESCRIÇÃO DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE

A tabela abaixo descreve os indicadores criminais do município de Capão da Canoa entre os anos de 2015 e 2020, período pré e pós implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal. Os dados são disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – Indicadores criminais de 2015 a 2020

OCORRÊNCIAS	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Homicídio Doloso	9	25	22	19	11	3
Vítimas por homicídio doloso	9	26	25	20	11	3
Latrocínio	1	2	0	0	0	0
Furtos	1548	1279	1199	1198	1060	818
Abigeato	18	31	21	14	6	6
Furto de veículo	124	148	101	119	88	79
Roubos	253	297	422	254	233	200
Roubo de veículo	18	20	38	29	19	19
Estelionato	167	188	221	249	268	468
Relacionados às armas e munições	23	37	27	30	36	17
Entorpecentes – Posse	139	92	77	58	64	59
Entorpecentes – Tráfico	98	87	97	109	125	98
Vítimas de Latrocínio	1	2	0	0	0	0
Vítimas de Lesão Corp. Seg. Morte	0	1	0	0	0	0

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

Elaborado pelo autor.

Formular uma análise minuciosa dos índices de criminalidade de determinado local, em busca da identificação da conjuntura da segurança pública, através de um recorte de tempo, permite que a pesquisa detecte o contexto do tema pesquisado. Nesse sentido, comprova-se relevante a observação individual de cada índice, disponibilizados no site oficial da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Neste espaço, é possível observar os 14 indicadores criminais dos municípios gaúchos, tratando-se, portanto, de uma importante, fidedigna e acessível fonte de informação.

A ordem de cada tipificação criminal exposta na tabela está de acordo com o material disponibilizado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. Em vista disso, é a mesma sinalizada neste trabalho e que servirá como base para dar a ordem cronológica de análise de cada indicador. Embora não seja o cerne desta pesquisa, é relevante examinar o cenário do Rio Grande do Sul, levando em conta que o ambiente da segurança pública, ainda que tenha especificações em cada região, em geral, segue uma tendência estadual.

Destaca-se, também, o fato de a Secretaria de Segurança Pública disponibilizar um dicionário de dados. O objetivo deste material é orientar a utilização e a interpretação adequadas dos indicadores para leitura de cenários sobre eventos relacionados à segurança no Rio Grande do Sul, fornecendo

definições técnicas quanto aos tipos penais monitorados, a periodicidade de divulgação, o recorte temporal e o nível de desagregação disponíveis, entre outras características.

Por ser um município litorâneo, Capão da Canoa possui uma população flutuante entre os meses de dezembro e março, que quadriplica em relação à população fixa durante os demais meses do ano. Embora a pandemia tenha resultado em um aumento populacional no município, comprovada em diversos fatores, desde o aumento na compra de imóveis ao aumento na produção diária de resíduos, no período de verão, o número de pessoas é consideravelmente maior e, naturalmente, há um maior número de ocorrências nessa época do ano, tratado como padrão pelas autoridades.

Em relação aos indicadores de homicídio doloso e vítimas por homicídio doloso, há uma pequena diferença, pois em uma mesma ocorrência pode haver mais de uma vítima. O ano com mais registros foi 2016, com 25 ocorrências e 26 vítimas. Comparado ao ano de 2020, com três ocorrências, observa-se uma queda de 88%, redução em um dos índices de maior importância, levando em conta que se trata de crime contra a vida. Quanto ao número de latrocínios, isto é, homicídio com objetivo de roubo, ou roubo seguido de morte, nos cinco anos analisados, foram registrados um caso em 2015 e dois em 2016. De 2017 a 2020, nenhuma ocorrência nesse sentido foi efetuada. Sobre o número de vítimas de latrocínio, durante cinco anos, foram três ocorrências: uma em 2015 e duas em 2016, reforçando o dado citado. Quanto ao crime de lesão corporal seguida de morte, há somente um em cinco anos, registrado no ano de 2016.

O crime de furto foi o que contou com o maior número de boletins de ocorrência durante o período analisado. Em 2015, foram registradas 1.548 ocorrências e nota-se uma queda paulatina ano a ano, quando verifica-se o número de 818 registros em 2020, indicando uma queda de 47,16% no número de episódios relacionados à furtos em Capão da Canoa, em virtude de reforço no policiamento ostensivo, bem como da instalação das câmeras de videomonitoramento nos principais pontos de circulação de pessoas ou veículos na cidade. Quanto ao furto de veículos, foram 148 em 2016, ano com maior incidência, e em 2020, 79. Com isso, identifica-se uma redução de 46,62%.

Embora Capão da Canoa seja formada por uma área majoritariamente urbana, por possuir um espaço rural, observa-se a ocorrência de abigeato, crime de furto

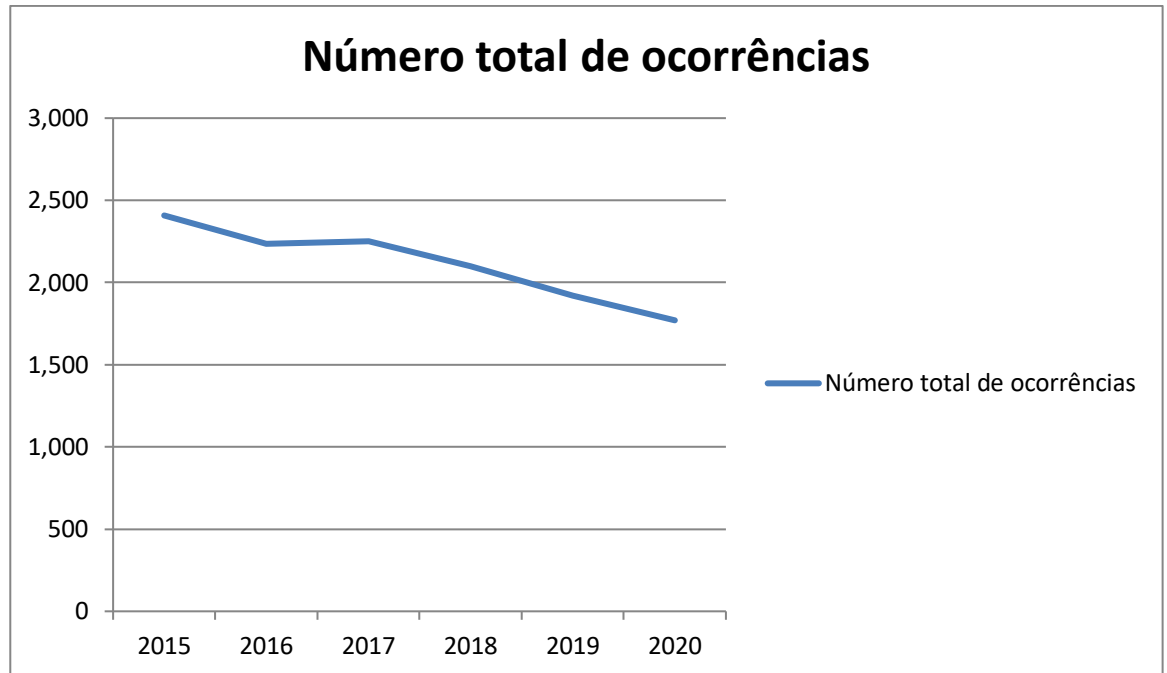
que envolve a subtração de animais, de 2015 a 2020. Foram 31 ocorrências em 2016, ano com maior incidência, contra 6 em 2020, diminuição de 80,65% na comparação entre esses dois momentos. Nos locais de acesso à área rural, a Prefeitura também instalou câmeras de videomonitoramento, podendo acompanhar, em tempo real, a movimentação nesses espaços.

Se comparado por meio de média anual, no período analisado, o crime de roubo manteve um número de ocorrências com pouca variação, exceto pelo ano de 2017, que registra um aumento significativo em relação aos demais. Neste ano, foram 422 e o ano com menos registros foi 2020, com 200, onde verifica-se uma queda de 52,61% do ano com maior para o ano com menor número de boletins lavrados. Quanto ao roubo de veículos, 2015 foi o ano com menos ocorrências, 18 no total. Em 2017, foram 38, enquanto em 2020 foram feitos 19 registros. Comparando 2017 com 2020, nota-se um decréscimo de 50%, onde o videomonitoramento atua como uma ferramenta de inibição dos criminosos.

Na contramão dos demais, o crime de estelionato é o único que registra um aumento ano a ano, com um salto expressivo em 2020. Por ter sido o ano de início da pandemia do coronavírus, o número de circulação de pessoas nas ruas caiu e os crimes virtuais tomaram maior proporção. Houve 468 crimes de estelionato, em Capão da Canoa, no ano de 2020, enquanto em 2015, foram 167, aumento de 64,32%. As ocorrências relacionadas às armas e munições apontam para uma redução de 54,05% do ano com maior número de ocorrências, 2016 com 37, para 17 registros em 2020.

Em relação ao número de ocorrências por posse de entorpecentes, 2015 é o ano com maior número, 139 no total e observa-se uma redução anual durante o período estudado. Em 2020, foram registradas 59 infrações dessa tipificação criminal, apontando queda de 57,55%. Quanto ao tráfico de entorpecentes, manteve-se uma média no registro de ocorrências, em especial, pelo crescimento da presença de facções criminosas rivais no município, sendo 2019 o ano com maior número de casos, 125.

Gráfico 1 – Número total de registros de ocorrências



Em relação ao número total de ocorrências, no somatório de todos os índices de criminalidade analisados, chega-se ao seguinte resultado: 2.408 em 2015; 2.235 em 2016; 2.250 em 2017; 2.099 em 2018; 1.921 em 2019 e 1.770 em 2020.

4.4 ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA

Tal qual as demais, a política pública de segurança de Capão da Canoa passa por uma construção constante. As ações mais concretas e efetivas foram recentes, no entanto, apresentam um resultado a curto prazo importante para o segmento da segurança no município. A atuação do poder público municipal – em especial, a Prefeitura – tem tido destaque entre as forças de segurança e com boa repercussão junto ao Governo do Estado. O vice-governador e secretário de Segurança Pública do Estado, por exemplo, esteve presente na inauguração do Gabinete de Gestão Integrada do município, em junho de 2018, e reiteradamente elogia iniciativas como essa, onde os agentes políticos municipais passem a atuar com maior efetividade de situações onde, historicamente, não era de responsabilidade destes.

As ações integradas têm surtido um efeito positivo e os resultados aparecem na redução dos indicadores criminais desde 2018, quando houve a aproximação maior entre os atores da segurança pública municipal. A instalação do GGI e a

forma como ele impactou na política de prevenção no município trouxe importantes consequências para o trabalho das forças de segurança. A troca de informações é uma das principais observâncias nesse sentido.

Nogueira (2015, p.32) traz à tona pontos que corroboram a importância da integração, que funciona como uma ferramenta para que os atores da política de segurança tenham “informação chegando com velocidade e oportunidade, e ampliação do alcance dos ‘olhos’ das forças de segurança pública”. O autor destaca, em contraponto, mas com base em uma suposição, que essa informatização pode trazer “possível mau uso por pessoas mal intencionadas e despreparadas” (NOGUEIRA, 2015, p.32). No estudo de caso apresentado neste trabalho, somente os operadores da empresa terceirizada responsável pela segurança dos prédios públicos de Capão da Canoa têm acesso às imagens, mas sempre com acompanhamento de algum servidor da Brigada Militar.

Um fator determinante para que a política pública de segurança de Capão da Canoa seja efetiva é a utilização adequada das estatísticas criminais. Conforme Azevedo et al (2011, p.19) “os analistas devem estar capacitados para focar a criminalidade com uma perspectiva de prevenção” e, neste contexto, o Conselho Municipal de Segurança Pública possibilita uma construção coletiva notável para a formulação da política pública.

O repasse no valor de oito mil reais efetuado, mensalmente, pelo poder executivo municipal ao Grupo de Apoio à Companhia da Brigada Militar de Capão da Canoa, mostrou-se, embora simbólico, de suma importância para o desempenho das atividades diárias, a partir do momento em que é possível resolver os problemas sem todos os trâmites burocráticos e administrativos naturais da administração pública. Ainda que não seja um valor significativo diante das despesas ordinárias das forças de segurança da cidade, também destaca-se que o repasse mensal fortalece a relação e a integração entre o executivo municipal e as forças de segurança.

Madeira e Rodrigues (2015) destacam que o Estado possui dificuldades de conduzir as políticas públicas para um caminho que não seja apenas o de atender as necessidades imediatadas da população. Nesse contexto, é preciso identificar maior profundidade nas relações entre o poder público municipal, as forças de segurança e a sociedade de Capão da Canoa, para que essa amostra de três anos seja ampliada e avaliada de forma a buscar um caminho de progresso e de

atendimento às necessidades a médio e longo prazo.

A ausência de uma Guarda Municipal, em Capão da Canoa, é um ponto a ser destacado, inclusive pelo fato de ser o único entre os maiores municípios do litoral norte gaúcho que não possui esse projeto. Ainda que precise ser feito um estudo do impacto financeiro e previdenciário a longo prazo e de como o município está preparado para fazer essa incorporação, a Guarda Municipal funciona como uma importante ferramenta na política de prevenção. A partir do momento em que a Guarda se responsabiliza pela preservação do patrimônio público, muitos locais passam a ser monitorados não somente pelas câmeras, mas por vigias presenciais, o que fortalece o movimento de inibição de possíveis delitos.

Assim como na maioria das cidades brasileiras, há uma carência flagrante no efetivo policial em Capão da Canoa e a Guarda Municipal somaria nesse trabalho coletivo de construção de uma política pública eficiente. A política de prevenção, tida como essencial na busca pelo bem-estar da sociedade e dos bons índices de criminalidade, passa por ações conjuntas e constantes entre os segmentos envolvidos no estabelecimento dessa política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premência do debate sobre a segurança pública se notabilizou, em especial na última década, diante da crescente criminalidade no cenário nacional. O agravamento nos indicadores de violência, constatado em todo o país, impulsionou as discussões e ações acerca desse tema, constando-se uma aproximação entre os responsáveis pela política pública de segurança. Não somente em relação às autoridades políticas, legisladores e executores, mas sim ao conjunto da sociedade civil organizada como força para construção de um caminho adequado.

Trazer a discussão para o âmbito acadêmico permite a ampliação das análises, através de diferentes vertentes. Os trabalhos podem abarcar a escassez de investimentos no setor, a ineficiência institucional no segmento da segurança pública, a incapacidade no atendimento às demandas, mas também podem tratar sobre o crescimento da inteligência artificial para combater a criminalidade, ampliação da política de prevenção da violência e sobre o aumento da integração entre os encarregados de gerir a segurança pública. As contribuições levantadas por uma pesquisa acadêmica podem influenciar diretamente na ação desses encarregados, com foco na qualificação do segmento e do bem-estar da população.

Nesse sentido, este trabalho objetivou descrever, através de um estudo de caso, a integração municipal entre os atores da segurança pública como forma de redução dos índices de criminalidade no município de Capão da Canoa. O recorte temporal visou incluir um período pré e pós a implantação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, espaço que promove a articulação integrada de distintas ações para prevenção da violência, fortalecendo as capacidades na conquista dos melhores resultados na redução da criminalidade. Com isso, foi possível construir uma análise observando momentos distintos do cenário municipal com relação à segurança e identificar uma mudança mais concreta nessa perspectiva.

A partir do procedimento metodológico empregado, foi possível identificar as ações executadas pelo poder público local, observando-se uma tendência de municipalização da segurança pública, não por completo, evidentemente, mas com a Prefeitura, em especial, participando de forma mais ativa e determinante na tomada de decisão na política de segurança pública, desde 2018, a partir da implantação de projetos que fortaleceram essa área. A análise da integração entre

o poder público municipal, Brigada Militar e Polícia Civil também pautou o trabalho e é nela onde está contido um dos pontos de maior relevância dentro dessa pesquisa. Não somente este trabalho, mas demais estudos indicam que a necessidade de maior sinergia entre os atores da segurança pública, em especial diante de um cenário de dificuldades orçamentárias, principalmente no contexto da política fiscal do Rio Grande do Sul. Onde há adversidade financeira, faz-se necessário o uso da inteligência e é isso que se observa no contexto da segurança pública gaúcha, havendo maior participação dos municípios – que possuem, em alguns casos, maior possibilidade de melhores recursos – bem como a utilização de ferramentas tecnológicas.

Capão da Canoa indica estar nesse caminho e, embora o trilho dessa história seja recente, foi possível perceber bons resultados atingidos nos últimos anos, a partir do fortalecimento da atuação conjunta. A descrição dos indicadores de criminalidade, entre 2015 e 2020, permitiu inferir que houve uma redução considerável nos números, registrando queda em todos os índices, exceto no crime de estelionato, associado diretamente ao cenário de pandemia, onde houve aumento. Nos crimes letais, como o de homicídio, percebeu-se uma significativa diminuição, saindo de 25 registros em 2016 para três em 2020. A atualização das informações para planejamento das ações policiais é um dos paradigmas contemporâneos do debate nesse segmento, levando em conta a relevância das estatísticas para nortear a política pública de segurança.

Nesse ponto, destacou-se a relativa dificuldade do autor na identificação de trabalhos semelhantes, bem como uma literatura mais vasta e que amparasse de maneira mais substancial a realização desta pesquisa – ponto inclusive questionado por um entrevistado, após a gravação da entrevista, que também realiza uma pós-graduação na área. Nota-se, entretanto, aumento na produção de trabalhos acadêmicos nesse sentido, o que emplaca a teoria de ampliação do debate teórico acerca da segurança pública.

A constante transformação do cenário da segurança pública, que acompanha uma tendência mundial de informatização e trabalho maior com a parte de inteligência artificial, estimula a produção de conteúdos acadêmicos nessa área, sob olhar de diferentes campos de estudos, conforme comentado nesse trabalho. O olhar, não somente da administração, mas de outros campos de estudo, oportuniza uma extensão de trabalhos importantes, capazes de direcionar os

atores da segurança pública na formulação do cronograma de ações dentro da segurança pública, tratando-se, portanto, de um dos propósitos desta pesquisa.

Os resultados obtidos na análise da política de segurança do município estudado evidenciaram o aprimoramento constante, mas ainda incipiente, não concreto o suficiente para se considerar uma política plena e efetiva local. Os resultados dos últimos anos foram favoráveis, mas é substancial o acompanhamento ininterrupto do cronograma de ações voltado à segurança pública municipal, com foco no sucessivo aperfeiçoamento. Todo aparato estatal, diante de suas responsabilidades burocráticas, deve estar voltado para esse movimento de constante avaliação de suas próprias ações, com participação da sociedade, a fim de identificar as imprecisões e focar onde vê-se uma maior necessidade para qualificar a política pública.

A pesquisa foi de importante valia, também, para o autor, por estar inserido num contexto de tomada de decisão junto aos agentes políticos do poder público municipal, colocando-o de maneira mais aprofundada no cenário da segurança pública nacional, estadual e municipal e permitindo a ampliação do leque de conhecimento que transpassa a administração pública. Assim como deverá o ser para o leitor, que poderá reconhecer, na teoria e na prática, o funcionamento de um sistema público de segurança e suas peculiaridades, especificamente em uma área de grande complexidade e constantes transformações.

Este trabalho de conclusão de curso não pode ser encarado como um ponto final, mas como um caminho a ser percorrido e acompanhado de perto, por não ter esgotado todas as questões que envolvem a problemática estudada. Por se tratar de um tema pluridisciplinar, é necessário incluir novos viéses dentro de um estudo de caso como esse, a fim de possibilitar ao leitor uma maior abrangência acerca do tema. Diferentes perspectivas e entendimento provocam novos rumos para um mesmo assunto, ainda mais quando proeminentes, como a segurança pública. O movimento em direção à políticas mais contemporâneas, que agreguem ferramentas e diretrizes atuais, incita esse acompanhamento multifacetado de uma temática que permeia a vida de toda a população brasileira diariamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de; RICCIO, Vicente; RUEDIGER, Marco Aurélio. A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 1, p. 9-21, 2011.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **A municipalização da segurança pública: Bases teóricas e experiências de implementação do RS.** 2007.

BALESTRERI, Ricardo Brisola. Prefácio. In: SANDES, Wilquerson Felizardo. RODRIGUES, João Bosco. VIEGAS, Eraldo Marques. **Gabinetes de Gestão Integrada em segurança pública**, Coletânea 2003-2009, Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2009. p. 11-12.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

_____. **Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018.** Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13675.htm>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

CAPÃO DA CANOA. **Lei Municipal nº 2.566, de 2 de janeiro de 2009.** Cria o Conselho Municipal de Segurança Pública (Comsep) e o Fundo Municipal de Segurança Pública (Fumsep) e dá outras providências. Disponível em: <<https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7345&cdDiploma=20>>

[092566&NroLei=2.566&Word=0&Word2](#)>. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre Entrevistas: teoria, prática e experiências.** Petrópolis: Vozes, 2006.

CÁRDENAS, A. R.; DA COSTA, T.; ALPERSTEDT, G. D.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O Uso da Triangulação em Teses e Dissertações de Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 243-276, maio 2018.

CERQUEIRA, Daniel. LOBAO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000200002> Acesso em: 18 de abril de 2021.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringelli de (Orgs.). **Crime, polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

DIAS NETO, Theodomiro. **Segurança urbana: o modelo da nova prevenção.** São Paulo: RT, 2005.

FARIA, Carlos A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 20, n. 50, p. 97-169, out. 2005.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMIDE, Alexandre; SÁ E SILVA, Fábio; PIRES, Roberto Rocha. Capacidades

estatais e políticas públicas. In: MONASTERIO, L. et al (Eds.) **Brasil em Desenvolvimento 2014**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014, pp. 232-246.

HAZAN, Claudia; LEITE, Julio César Sampaio do Prado. **Indicadores para a Gerência de Requisitos**. Brasília: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Rio de Janeiro: Departamento de Informática PUC - Rio. Disponível em: http://wer.inf.puc-rio.br/wer03/artigos/claudia_hazan.pdf>Acesso em: 25 de abril de 2021.

JANNUZZI, P de M. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Editora Aliena, 2001.

KRIPKA L.R.M.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D.L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**. Vol. 14. n.2. 2015.

LIMA, Jair Araújo de. Teorias sociológicas sobre a criminalidade: análise comparativa de três teorias complementares In: **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 38, n. 2, p. 215-232, jul./dez. 2017.

MADEIRA, L. M.; RODRIGUES, A. B. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 3-21, 2015.

MIRAGLIA, Paula. “Os municípios e a Segurança Pública”. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (orgs). **Segurança Pública e violência**: o Estado está cumprindo o seu papel?. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NOGUEIRA, Rodrigo Mateus. **A integração dos sistema de segurança público e privada**: viabilidade, óbices e vantagens para que se alcance a efetiva

segurança da população. TCC (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Segurança Privada), Universidade do Sul de Santa Catarina, 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/12264/1/Monografia%20-%20RODRIGO%20MATEUS%20NOGUEIRA.pdf>> Acesso em 27 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, Ana Sofia S. Políticas de segurança e políticas de segurança pública: da teoria à prática, In: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo, ILANUD: pp. 43-62. 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/livro-prevdo crime%20ILANUD.pdf>> Acesso em: 16 de abril de 2021.

PAULA, Liana de (org.). **Segurança Pública e Violência**. São Paulo: Contexto, 2006.

PINHEIRO, Juarez. FERNANDES, Magda Fernanda M. Gabinete de Gestão Integrada Municipal: uma alternativa para a segurança pública. In: SANDES, Wilquerson Felizardo. RODRIGUES, João Bosco. VIEGAS, Eraldo Marques. **Gabinetes de Gestão Integrada em segurança pública**, Coletânea 2003-2009, Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2009. p. 269-272.

RAMOS, M. P. Desafios e perspectivas da avaliação de impacto na área de políticas de segurança pública. In: TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente; MADEIRA, Ligia Mori (Orgs.). **Segurança cidadã**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014, pp. 99-108.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, J. R.; LEAL, R. G. (Orgs.) **Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Tomo 8. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008, pp. 2315-2321.

SOARES, Luiz Eduardo. **A política nacional de segurança pública**: histórico,

dilemas e perspectivas. SCIELO: Scientific Electronic Library Online, São Paulo, v. 21, n. 61, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300006> . Acesso em: 27 de abril de 2021.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, n. 16, 2006, pp. 20-45.

THOENIG, Jean-Claude. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, abr./jun. 2000.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O Uso da Triangulação na Pesquisa Científica Brasileira em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015.

ZENKNER, Marcelo. Instrumentos de Inteligência e integração dos organismos de repressão á criminalidade organizada. In: SANDES, Wilquerson Felizardo. RODRIGUES, João Bosco. VIEGAS, Eraldo Marques. **Gabinetes de Gestão Integrada em segurança pública**, Coletânea 2003-2009, Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2009. p. 277- 287.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas realizadas com as fontes do trabalho.

Pergunta		Objetivo	
1- Qual a avaliação do momento da segurança pública no município?		Investigar o contexto da segurança pública em Capão da Canoa e a mudança no período de análise da pesquisa.	
a) De 2015 pra cá, houve mudanças no cenário da segurança? Se sim, quais?			
b) Existe uma política pública de segurança em Capão?			
Pergunta		Objetivo	
2- Em junho de 2018, a Prefeitura instalou o GGI. O que isso significou para a área da segurança pública?		Verificar o impacto da implantação de ações integradas no município.	
a) Nesse sentido, como funcionam as relações entre os órgãos de governo, as forças de segurança e a comunidade?			
b) Quais as ações integradas desenvolvidas atualmente e como isso influencia no combate à criminalidade?			
Pergunta		Objetivo	
3- Observou-se uma redução nos índices de criminalidade nos últimos anos. Ao que se deve esse movimento?		Identificar o movimento de redução dos índices de criminalidade.	
a) As ações integradas estão relacionadas a essa redução?			
b) Quais as metas e projeções para a área da segurança nos próximos anos?			

Fonte: elaborado pelo autor.

APÊNDICE B – Entrevista com o Prefeito de Capão da Canoa.

Entrevista com o Prefeito de Capão da Canoa, realizada no dia 3 de agosto de 2021, em Capão da Canoa.

1 - Qual a avaliação do momento da segurança pública no município?

Eu tenho a convicção que a segurança pública aqui em Capão da Canoa, nos últimos três, quatro anos, melhorou e melhorou muito. Eu tenho a certeza disso, até porque nós implantamos o GGI, no 4º andar da Prefeitura. Hoje temos mais de 200 câmeras de videomonitoramento aqui na nossa cidade. Temos uma parceria muito grande com a Brigada Militar, Polícia Civil, e os números mostram que baixou muito a criminalidade em todas as circunstâncias, pode ser seqüestro, roubo.. quer dizer, tudo que envolve a questão da insegurança dentro de um município. Com isso, nós continuamos trabalha, melhorando e aperfeiçoando o mecanismo tanto do GGI quanto buscando junto ao Governo do Estado, principalmente junto ao Secretário de Segurança Pública, mais veículos para a BM, que estão chegando nos próximos dias, também para a Polícia Civil, bem como a comodidade do atendimento. A PC, agora, está se mudando para o antigo prédio do Fórum, um local que vai dar condições de eles fazerem um atendimento muito melhor, não só para a população em geral, mas também atender as mulheres vítimas de violência doméstica. Também poderemos ter aqui a Delegacia Regional aqui em Capão da Canoa.

a) De 2015 pra cá, houve mudanças no cenário da segurança? Se sim, quais?

Com certeza. Acho que o vice-governador, que também é Secretário de Segurança do Estado, teve um olhar significativo para o litoral norte, e eu vou puxar para Capão da Canoa, onde nós conseguimos ter um GGI, que tem reconhecimento facial, leitura de placas de carros roubados, placas clonadas e interligar com o serviço de inteligência da Brigada Militar, assim como do Brasil. O apoio do comando da BM e um apoio nosso para que isso fosse melhorando a cada dia. Acho que esse caminho, pra nós, é muito significativo.

b) Existe uma política pública de segurança em Capão?

Nós estamos criando uma política pública, através, por exemplo, da criação da própria Secretaria Municipal de Segurança. A Secretaria de Segurança vai nos dar a possibilidade de captar recursos federais, recursos do Estado, e nós queremos fazer com que a Guarda Municipal que nós queremos criar, e esse é o objetivo principal, que a Guarda não seja como a BM, que hoje já não é uma Brigada Militar repressiva, uma Polícia Civil repressiva. Nós queremos fazer com que a Secretaria de Segurança, através da Guarda Municipal, seja uma política pública voltada à comunidade, no sentido de acompanhar os problemas do dia a dia, ajudar, educar a comunidade no sentido do trânsito. Mostrar que a gente é parceiro no dia a dia e ir afinando esses detalhes com a comunidade no sentido de ajudá-los a ter um município cada vez mais seguro.

2 - Em junho de 2018, a Prefeitura instalou o GGI. O que isso significou para a área da segurança pública?

Significou muito. Nós tínhamos, entre 2015, 2016, 2017, nós batíamos recordes de homicídios em Capão da Canoa. Nós só perdíamos para uma cidade perto de Porto Alegre.. Alvorada. Eram 20 e tantos homicídios. Nós já estamos perguntando “quem seria o primeiro município a bater recorde de homicídio?” e Capão está sempre entre os primeiros. Em junho de 2018, com a implantação do GGI, o impacto disso, a colocação de placas, nós fortalecemos junto com o Governo do Estado, a Brigada Militar, trazendo mais carros, uma polícia mais investigativa, uma polícia mais presente na vida das pessoas e isso, consideravelmente, em 2018, 2019, nós quase zeramos a questão dos homicídios em Capão da Canoa e isso foi fantástico. Isso sem falar nos outros índices, de roubos, sequestros. A questão do GGI mostrou a cidade muito mais segura pras pessoas.

a) Nesse sentido, como funcionam as relações entre os órgãos de governo, as forças de segurança e a comunidade?

Hoje há uma aproximação muito mais do que existia da própria da comunidade. Nós criamos o Conselho Municipal de Segurança. Esse conselho traz a BM, a PC, o Corpo de Bombeiros, o Ministério Público, então, isso fez com que esses órgãos se aproximassem cada vez mais da população. Assim, nós transformamos isso em algo maior, fazendo com que as políticas públicas possam ser tiradas de dentro desse grupo. Com isso, nós temos o GAP, o Grupo de Apoio às Polícias, onde nós implementamos alguns recursos e estamos ajudando a BM e PC nos pequenos detalhes do dia a dia. Às vezes, arrumar um pneu, botar uma gasolina, tem um carro que está com problema, então não precisa fazer as licitações que o Estado demora, então, nós estamos muito próximos nesse sentido.

b) Quais as ações integradas desenvolvidas atualmente e como isso influencia no combate à criminalidade?

As ações integradas desenvolvidas pela BM, PC e pela própria Prefeitura, no sentido do GGI, isso influencia e muito. A própria criminalidade em si, as pessoas que vivem disso no dia a dia, sabem que 90% do espaço de Capão da Canoa está sendo monitorado, então, são poucos lugares que não são sendo monitorados. Então, uma pessoa que é reincidente, está fora do presídio e está andando por aí, mas que precisa se apresentar a cada 15 dias, um mês, podendo voltar para o presídio, ele se cuida muito. Com as câmeras, o criminoso precisa redobrar o cuidado. Então essa integração tem dado muito certo e isso foi uma coisa muito positiva.

3 - Observou-se uma redução nos índices de criminalidade nos últimos anos. Ao que se deve esse movimento?

Esse movimento se deve muito também a nós, Prefeitura, onde nós tivemos uma idéia que estava dando certo em outros municípios do Rio Grande do Sul, que são as câmeras de videomonitoramento, que servem de acessório de investigação da PC e da BM, principalmente para órgãos de segurança de investigação. Com isso, o número de criminalidade e vai continuar caindo cada vez mais.

a) As ações integradas estão relacionadas a essa redução?

Com certeza. As ações integradas fazem parte dessa redução de criminalidade, somando aí o GGI, que nós investimos com recursos próprios. Acreditamos que uma cidade para se desenvolver, ela precisa ter segurança, então essa união dos poderes e dos órgãos deu certo.

b) Quais as metas e projeções para a área da segurança nos próximos anos?

Eu acredito que, com a criação da Secretaria Municipal de Segurança, nós criamos não um fim, mas um meio para buscar mais recursos do governo federal e do governo do Estado, mostrar que o município é organizado, que ele tem força de poder constitucional para fazer com a que as coisas possam andar da melhor maneira possível. Fortalecer a BM através de um bom espaço de trabalho, mais carros, melhores salários, trazer mais gente para poder trabalhar, fortalecendo também a PC, agora com um novo espaço de trabalho, que também foi feito um trabalho por nós da Prefeitura, juntamente com a Delegada, com o governo do Estado. Então, quer dizer, lugares melhores, com melhor satisfação, o trabalho é feito em dobro. Então, unindo essas questões, mais a criação da Guarda Municipal, que está no nosso plano de governo, interagindo com a comunidade, trabalhando junto às escolas com a BM, através do Proerd, com certeza vamos ter uma cidade muito melhor.

APÊNDICE C – Entrevista com o ex-secretário municipal, responsável pela implantação do Gabinete de Gestão Integrada de Capão da Canoa.

Entrevista com o ex-secretário de Administração de Capão da Canoa, responsável pela implantação do Gabinete de Gestão Integrada, realizada no dia 3 de agosto de 2021, em Capão da Canoa.

1 - Qual a avaliação do momento da segurança pública no município?

Pelo que podemos observar dos índices de criminalidade e das eventuais reuniões que a Prefeitura realiza com as forças de segurança, creio que estamos em um bom momento, dentro da nossa realidade. Sabemos do crescimento da população e que isso, naturalmente, traz mais pessoas para a cidade e muitas pessoas ligadas à criminalidade, mas isso também exige um maior preparo do poder público para gerir essas adversidades. Creio que, dentro desse contexto, a segurança pública de Capão atravessa uma fase positiva.

a) De 2015 pra cá, houve mudanças no cenário da segurança? Se sim, quais?

Eu entendo que houve um pacote de mudanças na cidade, no sentido de que, em 2017, nós inauguramos o Gabinete de Gestão Integrada isso fez com que, na prática, nós conseguíssemos entregar uma maior sensação de segurança através dos meios de comunicação. O aumento dessa sensação de segurança faz com que, tanto as pessoas de bem se sintam seguras, quanto as pessoas que pretendiam cometer algum crime podem deixar de fazer, em virtude desse aumento da sensação de segurança e da tecnologia, das câmeras.

b) Existe uma política pública de segurança em Capão?

Propriamente dita, não. Mas, existem vários movimentos que até podemos chamar de política pública de segurança, no sentido de fomentar a segurança pública como um todo. Como por exemplo, o Gabinete de Gestão Integrada, o fomento de apoio às polícias, através do GAP. O município repassa um valor mensal para que seja possível esse fomento, de certa forma. E, além disso, a própria gestão, digamos assim, no aspecto político, para trazer mais equipamentos e dar mais condições às forças policiais. Nesse sentido de buscar o aumento da delegacia, melhora no Corpo de Bombeiros, e assim por diante.

2 - Em junho de 2018, a Prefeitura instalou o GGI. O que isso significou para a área da segurança pública?

Um grande avanço, sem sombra de dúvidas. Muito importante e que colocou Capão da Canoa no cenário da segurança pública do Rio Grande do Sul como referência na área. Embora o município não tenha essa responsabilidade pela Constituição Federal, o executivo de Capão da Canoa assumiu esse protagonismo e criou com recursos próprios todo esse aparato de tecnologia e segurança pública, com as mais de 200 câmeras monitorando grande parte da cidade. Além disso, depois de criado o GGI, foi feita uma aproximação mais efetiva com a Brigada Militar e Polícia Civil.

a) Nesse sentido, como funcionam as relações entre os órgãos de governo, as forças de segurança e a comunidade?

Nós temos o GGI, Gabinete de Gestão Integrada, que é instituído por Lei e regulamento por decreto e têm uma portaria instituindo o Gabinete, os membros do Gabinete. Na teoria, esses membros têm que se reunir mensalmente e, através dessa reunião mensal, eles fazem o acompanhamento dos índices, fazem a gestão da segurança de forma geral, no sentido municipal e, através do GGI, que funcionam essas relações entre os órgãos do governo, forças de segurança e a própria comunidade.

b) Quais as ações integradas desenvolvidas atualmente e como isso influencia no combate à criminalidade?

O exemplo do GGI seria o primeiro, onde existe segurança privada, onde existe a própria Brigada Militar fazendo o monitoramento das câmeras. E, através disso, aumenta a capacidade de resposta para eventuais crimes. Ainda na Brigada Militar, ele serve para que seja possível a realização de blitz à distância. Já vi eles fazendo isso. E, na Polícia Civil, serve pra investigações. E essas ações em conjunto com a Associação Comercial têm um projeto de expandir o GGI para outros formatos. Além disso, a criação da Guarda Municipal.. são projetos que estão no mapa de execução do município, para que seja possível aumentar ainda mais a política de segurança pública municipal.

3 - Observou-se uma redução nos índices de criminalidade nos últimos anos. Ao que se deve esse movimento?

Creio que seja a esse movimento estadual, de investimento em políticas públicas efetivas e, principalmente, às relações integradas entre os governos, as forças de segurança e a comunidade, que tem sido mais participativa nessas decisões.

a) As ações integradas estão relacionadas a essa redução?

Sim, porque, paralelo à aplicação do GGI, ao fomento do GAP através de apoio às polícias, paralelo a isso, existe uma sinergia de esforços entre o governo Municipal e o governo Estadual. O governo do Estado lançou um programa específico com as 18 cidades com os maiores índices de criminalidade, que é o RS Seguro e, através dele, trabalhando de forma um pouco mais dedicada do que com outros para reduzir esses índices. E Capão da Canoa está nesse grupo, então isso faz com que essas ações, de forma concatenada, possam, de certa forma, promover a redução desses índices de criminalidade.

b) Quais as metas e projeções para a área da segurança nos próximos anos?

Ampliar e modernizar ainda mais o Gabinete de Gestão Integrada. Aliado a isso, aumentar o fomento às forças de segurança através do aumento do valor do repasse ao GAP, para que o município possa auxiliar ainda mais as forças policiais. E, além disso, a criação da Guarda Municipal ou de uma Vigilância Municipal com a implantação do estacionamento rotativo, que, através dos agentes de fiscalização,

também promove, ainda que de forma indireta, a segurança do roubo de veículos. Com a concretização dessas ações, as metas estão atreladas, basicamente, à redução ainda maior dos índices de criminalidade de um modo geral, que vem de encontro com a concretização desses projetos.

APÊNDICE D – Entrevista com o comandante do 2º Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (2º BPAT).

Entrevista com o comandante do 2º Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (2º BPAT), realizada no dia 3 de agosto de 2021, em Capão da Canoa.

1 - Qual a avaliação do momento da segurança pública no município?

No município de Capão da Canoa, a nossa avaliação é muito positiva. Aconteceu o seguinte: o Rio Grande do Sul como um todo, através da ferramenta do RS Seguro começou a tabular os seus maiores indicadores de criminalidade. Então, se fez um estudo e se decidiu por tabular crimes violentos letais e intencionais, que são os homicídios; roubo de veículos e roubo a pedestre. E esses três indicadores são avaliados pelo Estado nos 497 municípios do Rio Grande do Sul. E, por questão de regionalização, os municípios têm direito a escolher mais um indicador que achem importante e, aqui no litoral, foi escolhido o roubo à residência, porque também representava números muito significativos. Então, analisamos os números desses 4 índices. Se nós olharmos os números de 2015, tínhamos em torno de 70 homicídios por ano. Tínhamos também mais de 100, na verdade, quase 200 roubos a veículos por ano, em 2015/2016. Depois que a gente passou a tabular esses números, eles estão hoje em torno de 10% a menos ou menos de 10% do que isso. Então, hoje os números são muito positivos, tanto no Rio Grande do Sul, quanto em Capão da Canoa.

a) De 2015 pra cá, houve mudanças no cenário da segurança? Se sim, quais?

Sim. O atual governo desenvolveu a ferramenta, na verdade, é uma ferramenta que vem sendo trabalhada há muito tempo já. Já houve algo parecido em outros governos, que era a ferramenta AVANTE e, agora, esse governo levou mais a propósito essa ferramenta e se criou a ferramenta RS Seguro. E essa ferramenta RS Seguro afirma nas pessoas que fazem a segurança pública, a obrigatoriedade de se trabalhar com os três “Is” do RS Seguro: integração, inteligência e investimento qualificado. Então, o que mudou de lá pra cá é que a gente, através do governo do Estado, está realmente trabalhando em cima desses três “Is”. A gente usa hoje drones, tecnologias que nem posso ficar citando muito, mas a gente tem recebido investimento e têm trabalhado com integração e inteligência. É essa a charada.

b) Existe uma política pública de segurança em Capão?

Municipal, sim, dentro dessa parceria que existe do poder público municipal com o poder público estadual. A gente, inclusive, em algum momento, no RS Seguro, se fala em nós convidarmos as guardas municipais, em convidarmos o poder público municipal para participar disso de alguma forma. Porque sim, a gente precisou se integrar muito esse ano, principalmente, por conta da pandemia, onde o poder público estadual, municipal e até federal estavam trabalhando unidos para resolver o problema das aglomerações. E aí, junto com isso, entra todo o processo de segurança pública.

2 - Em junho de 2018, a Prefeitura instalou o GGI. O que isso significou para a área da segurança pública?

Num primeiro momento, foi muito bom, muito significativo. Teve um resultado muito positivo. Porém, com o passar do tempo, houve uma degradação das câmeras em si, uma degradação do investimento que hoje não está nos dando o resultado

esperado. Então, a gente já demandou isso com o poder público municipal, para que procurassem a empresa e fosse estabelecido um novo acordo, pra que a coisa volte a funcionar. Hoje, está quase inoperante. A verdade é essa.

a) Nesse sentido, como funcionam as relações entre os órgãos de governo, as forças de segurança e a comunidade?

Hoje, a gente procura fazer tudo sempre muito integrado. Então, por exemplo, com as próprias redes sociais, a gente tem procurado transmitir para a nossa sociedade tudo isso que estamos fazendo. Uma das formas que a gente tem de fazer isso é quando, por exemplo, tu quis me entrevistar para o teu trabalho, eu te disse: “vem cá que eu vou te mostrar o RS Seguro”. Porque não adianta só a gente fazer, a gente precisa mostrar para a nossa população o que estamos fazendo. Então, a gente usa as redes sociais, os órgãos de imprensa... Semanalmente, eu vou em, praticamente, todas as rádios para dar uma entrevista na região e falar sobre o trabalho que a gente tá fazendo, que é um trabalho de integração muito qualificado, significativo e que envolve a Polícia Civil, a Prefeitura Municipal, a SUSEPE, o Corpo de Bombeiros, Polícia, então, está todo mundo realmente muito integrado em todos os níveis, estadual, municipal.

b) Quais as ações integradas desenvolvidas atualmente e como isso influencia no combate à criminalidade?

Hoje, a gente tem essa integração muito grande com o executivo municipal por conta da pandemia. Porque a gente tem a Brigada Militar, que é uma polícia estadual, atendendo ou trabalhando na necessidade do poder executivo municipal, uma vez que os decretos são municipais, os decretos de prevenção da pandemia. Então, houve essa integração direta e está dando resultado. Apesar de Capão não ter Guarda Municipal, ali em Tramandaí nós temos Guarda Municipal, em Imbé a gente tem, em Torres também, e a gente trabalha integrado. Hoje, quando se faz uma barreira, compõem uma viatura minha e duas da Guarda Municipal, uma da Polícia Civil, então nós estamos efetivamente trabalhando integrados. Tanto os órgãos estaduais quanto os do Município.

3 - Observou-se uma redução nos índices de criminalidade nos últimos anos. Ao que se deve esse movimento?

Primeiro, ao estudo que tem sido feito em cima da criminalidade, que a gente passou a entender como ela tem acontecido. E, em cima disso, se desenvolveram boas práticas e ações integradas que pudessem ser eficientes no combate a esse tipo de criminalidade. Então, é o conhecimento do problema, a tabulação, a análise do problema e a busca de boas práticas para soluções.

a) As ações integradas estão relacionadas a essa redução?

Obviamente. Com certeza, sim. As ações integradas junto com o trabalho de inteligência e mais o investimento qualificado. Esses três fatores juntos estão contribuindo muito para a redução da criminalidade em todos os municípios do Rio Grande do Sul.

b) Quais as metas e projeções para a área da segurança nos próximos anos?

Se nós conseguirmos manter os níveis que atingimos, porque a OMS e a própria ONU, estabelecem taxas de mortalidade por população, taxa de roubo por população e nós estamos chegando, através do trabalho que tem sido feito, da

integração, em números aceitáveis. Taxas internacionalmente aceitáveis. Então, a primeira proposta de futuro é manter essas taxas. Manter e, quem sabe ainda melhorá-las, é a nossa projeção para os próximos anos. E vai ser a grande dificuldade, justamente, manter os números.

APÊNDICE E – Entrevista com o comandante da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (2º BPAT).

Entrevista com o comandante da 1ª Companhia do 2º Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (2º BPAT), realizada no dia 3 de agosto, em Capão da Canoa.

1 - Qual a avaliação do momento da segurança pública no município?

A avaliação é muito positiva. Eu cheguei em Capão da Canoa a frente da primeira companhia da Brigada Militar, pertencente ao 2º BPAT. Ela é responsável pelo policiamento em Capão da Canoa. Cheguei aqui em 1º de janeiro de 2017 e a gente conseguiu, trabalhando junto com a Polícia Civil e agora, mais recentemente, com a Prefeitura, uma redução dos índices de criminalidade periódica e evolutiva, porque foi evoluindo ano após ano. Hoje, nós estamos com um dos menores índices dos últimos anos. Então, há quase 5 anos vem havendo um decréscimo dos índices. Eu entendo como muito positiva a situação da segurança pública na cidade e isso é comprovado por todos os índices. A questão do roubo a pedestre está muito abaixo, roubo à residência está abaixo. Os índices de homicídios são baixíssimos também para uma cidade do tamanho de Capão da Canoa. Isso tudo levando em conta a pandemia, que praticamente dobrou o número de moradores da cidade. Especificamente, nós temos em torno de 50 mil habitantes e, se formos ver nas entrelinhas, já está batendo os 100 mil. Nos finais de semana, 150 mil, sem medo de falar.

a) De 2015 pra cá, houve mudanças no cenário da segurança? Se sim, quais?

Pode se dizer que sim. Primeiramente, analisando por parte da Brigada Militar, foi instituído o sistema Avante, um sistema que nos possibilita o acompanhamento dos índices criminais e um comparativo de um ano para o outro. A gente pega, por exemplo, o roubo a pedestre. Eu posso analisar a evolução, comparar um ano com o outro, comparar 6 meses com 6 meses. Então, eu consigo fazer um acompanhamento e traçar alguma ação em cima disso. Posteriormente, tivemos a questão do RS Seguro, que é um programa do Governo que integra as forças de segurança pública em cima de 4 principais índices criminais. No nosso aqui é roubo a pedestre, roubo de veículo, CVLI, que são os Crimes violentos letais e intencionais e roubo à residência. Então, em cima desses índices, a gente consegue traçar estratégias para ir combatendo eles, o que ocasionou a redução de vários índices. E, aqui na cidade, nós temos, de uns 4 anos pra cá, um apoio da Prefeitura, tanto a Polícia Civil, quanto a Brigada Militar tem um apoio financeiro, através do GAP, Grupo de apoio a Polícia. Que permite que a gente adquira equipamentos, manutenção de viaturas, manutenção predial, o que nos auxilia muito. E não podemos deixar de falar também sobre o videomonitoramento, que nos auxilia muito na questão preventiva, que os indivíduos, às vezes, deixam de cometer os delitos por saber que estão sendo filmados. E na questão posterior, repressiva, que muitas vezes o nosso pessoal da Inteligência ou o pessoal, principalmente, da Polícia Civil, vai até lá para pegar as imagens e tentar solucionar determinado delito.

b) Existe uma política pública de segurança em Capão?

Pode se dizer que sim. A medida que os entes municipais estão sempre em contato com as instituições, tanto com a Brigada quanto com a Polícia Civil. Eu mesmo

tenho contato direto com o Prefeito, com o Secretário de Turismo, com o Secretário de Obras... E as demandas que são trazidas pela comunidade, a gente acaba atendendo em conjunto. E, quando se fala em segurança pública, a gente não fala só em polícia. É uma iluminação pública que é bem feita, uma rua que é calçada, é um parquinho para as crianças, é um projeto social e assim por diante. Além de falar da questão das câmeras de videomonitoramento que ajudam muito. Então, sim, há uma política de segurança municipal.

2 - Em junho de 2018, a Prefeitura instalou o GGI. O que isso significou para a área da segurança pública?

Podemos dizer que foi uma ferramenta a mais. Porque o GGI, principalmente, na questão das imagens, onde, posterior ao ocorrido, muitas vezes, a gente consegue solucionar rapidamente um delito. E isso é muito mais utilizado pela Polícia Civil do que por nós. Mas nós, principalmente, na área de inteligência conseguimos, através das imagens, essa questão. Além do fator psicológico, preventivo dos indivíduos que, por saberem que estão filmados - muitos locais nem têm câmeras, mas eles acham que estão sendo filmados - e acabam inibindo o cometimento do delito.

a) Nesse sentido, como funcionam as relações entre os órgãos de governo, as forças de segurança e a comunidade?

Anteriormente eu até falei a respeito disso. Já há uma integração, a Polícia Civil ligada, os Bombeiros também, a fiscalização da Prefeitura. A gente mantém um contato estreito com o Executivo Municipal e, principalmente, esse contato da comunidade, que também era feito antes, só que de forma isolada. A comunidade fazia contato com a Brigada ou fazia contato com a Polícia ou fazia contato com a Prefeitura. Hoje, não. A gente tem as demandas que são levadas para o Secretário da Prefeitura e vão caindo para a Brigada Militar e para a Polícia Civil. As que vêm pra Brigada e nós precisamos de um apoio da Prefeitura, a gente acaba trocando uma ideia para dar uma resposta para a comunidade. Posso citar o exemplo do último mês que tivemos um problema na praça do Farol, onde a comunidade moradora da Praça do Farol solicitou, nem vieram direto na Brigada, mas foram através do Secretário de Turismo, fizeram diversas queixas de perturbação do sossego e nos foi repassado, nós fizemos uma operação e conseguimos sanar esse problema. E, no momento que nós solicitamos à Prefeitura que trocasse a iluminação do local, que colocasse lixeiras, que organizasse o espaço, fomos atendidos prontamente. Então, é um sistema que está funcionando.

b) Quais as ações integradas desenvolvidas atualmente e como isso influencia no combate à criminalidade?

Basicamente, podemos dividir em duas fases: preventiva, que é essa ação psicológica que o videomonitoramento traz no delinquente, no criminoso. Ele não sabe onde ele está sendo filmado ou não. Ainda dentro da fase preventiva, a questão de que nossos policiais militares que estão dentro do GGI acompanhando nas câmeras, muitas vezes eles acabam suspeitando de alguma coisa e passando pras nossas viaturas. E num segundo momento, a questão repressiva, que é quando já aconteceu o delito, aconteceu o fato, e depois vamos utilizar as imagens para apurar os fatos.

3 - Observou-se uma redução nos índices de criminalidade nos últimos anos. Ao que se deve esse movimento?

A diversas coisas. Podemos começar falando do trabalho sério, da integração séria, principalmente, entre Brigada e Polícia Civil. Da Inteligência da Brigada e do setor de Investigação da Polícia Civil. A utilização das forças táticas da Brigada Militar com ênfase, a gente procura agir com as forças táticas não como o genérico, mas sim como um bisturi, a gente vai lá e busca o cara que a gente sabe que está com arma, a gente vai lá e busca o traficante. A implementação do GGI também ajudou muito, pela questão das câmeras, então, são diversos focos. Quando se fala em segurança pública, a gente pode falar na questão do cometimento de roubos e furtos e, com certeza, o GGI ajudou muito. E a questão da evolução no tráfico de drogas que foi, na verdade, uma involução, que nós conseguimos quebrar muitos traficantes fortes aqui, prendendo eles. Que essa troca de informações com a Polícia Civil e essas operações com a força tática, que vai lá no bairro e busca o cara que tá se destacando negativamente.

a) As ações integradas estão relacionadas a essa redução?

Sim, com certeza.

b) Quais as metas e projeções para a área da segurança nos próximos anos?

Principalmente nos índices, que são apurados no sistema Avante e no RS Seguro, a gente gostaria de baixá-los, se manter esses índices, a gente já se dá por satisfeitos. Pra você ter uma ideia, de 2016 para 2017, quando eu cheguei aqui, batia na casa dos 30 os homicídios anuais. O ano passado nós fechamos com 4. Então, se a gente conseguir manter esses índices baixos, eu já me dou por satisfeito. E melhorar o atendimento a comunidade, o nosso atendimento 190 melhorar a resposta, o tempo de resposta. E lidando com essas demandas que vêm aparecendo.

APÊNDICE F – Entrevista com a delegada regional da Polícia Civil e titular da Delegacia de Polícia de Capão da Canoa.

Entrevista com a delegada regional da Polícia Civil e titular da Delegacia de Polícia de Capão da Canoa, realizada no dia 2 de agosto de 2021, em Capão da Canoa.

1 - Qual a avaliação do momento da segurança pública no município?

Estou aqui em Capão da Canoa há cinco anos, cheguei aqui em 2015, e, principalmente, nos crimes de morte violenta letal, que são os crimes de morte, a gente vinha numa ascendente. 2015, tivemos um número alto, 2016, 2017.. foi quando nós iniciamos os trabalhos com o RS Seguro. Nós viramos um programa do RS Seguro e começamos a participar das reuniões do Governo do Estado como um dos municípios prioritários. A gente vem, desde então, diminuindo esses índices de crimes letais. Eu acredito que uma série de fatores contribuiu pra isso. A forma como nós da Delegacia estamos, atualmente, trabalhando, utilizando mais a inteligência, utilizando mais a questão preventiva. Desde que eu vim pra cá, a gente procura trabalhar de forma integrada com a Brigada Militar, trocando informações, tentando antever os crimes, principalmente os que têm vinculação com o tráfico de drogas, tentando combater a briga por território que existe muito no tráfico de drogas e que gera muitos crimes de morte. Então, eu acho que a gente tem, ao longo desses anos que eu estou aqui, tentado aperfeiçoar o nosso trabalho de investigação e o nosso trabalho, principalmente, de prevenção criminal. O município, desde 2017, tem nos ajudado muito, inclusive na questão financeira da segurança pública, tem nos proporcionado manter as viaturas em funcionamento, coisa que nós tínhamos um número muito grande de viaturas estragadas e, hoje, com essa verba que é repassada pelo GAP, a gente tem conseguido manter todas as viaturas em funcionamento. Tem a questão do GGI, do monitoramento da cidade, que isso nos auxilia muito também. Então eu acho que é uma conjuntura de ações que tem nos ajudado para que a gente contenha a criminalidade, principalmente no que se refere a esses delitos mais graves.

a) De 2015 pra cá, houve mudanças no cenário da segurança? Se sim, quais?

Sim, eu vejo isso nitidamente. Quando eu cheguei aqui em 2015, no ano seguinte, em 2016, a gente teve, se não me engano, 22, 23 ou 24, foi em torno de 20 e tantas mortes, homicídios, no município de Capão da Canoa, cuja população era muito menor do que temos hoje. Ano passado, encerramos o ano com três crimes de homicídio, todos já esclarecidos. Eu vejo, nitidamente, que a gente tem evoluído na questão da criminalidade aqui no município, isso de uma forma mais acentuada ainda se a gente avaliar o número populacional que, em virtude da pandemia, praticamente triplicou no município. E mesmo com esse aumento populacional, a gente tem conseguido reduzir a cada ano os índices de crimes letais.

b) Existe uma política pública de segurança em Capão?

Eu acredito que sim. Não só Capão da Canoa, mas, principalmente, nesses municípios que fazem parte do RS Seguro do Governo do Estado. O RS Seguro proporciona uma integração muito forte entre os órgãos de segurança pública: Brigada Militar, Polícia Civil, IGP, Susepe e, mais recentemente, têm participado também das reuniões o Ministério Público e Judiciário. Isso é muito positivo no que se refere à troca de informações, a conhecimento do que está acontecendo na

cidade, porque o policiamento ostensivo é feito pela Brigada Militar, então, é fundamental que a Polícia Civil saiba o que está acontecendo na rua para poder trabalhar na investigação depois que o fato ocorre e essa integração tem tido cada vez mais.

2 - Em junho de 2018, a Prefeitura instalou o GGI. O que isso significou para a área da segurança pública?

Isso foi um grande avanço, porque, como falei anteriormente, a BM trabalha no policiamento preventivo, ou seja, evitar que o crime ocorra. Mas uma vez não sendo possível evitar que o crime ocorra, a Polícia Civil atua para que o culpado seja responsabilizado pelos atos que praticou. Essa investigação, às vezes, passa pela inexistência de testemunhas, de denúncias, então, esse Gabinete, com as câmeras que foram espalhadas na cidade inteira, principalmente nas vias de acesso, deslocamento e saída, tem nos auxiliado imensamente na investigação criminal. Porque, às vezes, é dela que a gente se socorre, pra tentar fazer a rota do veículo, ou às vezes, a gente só tem o modelo do veículo e não tem a placa. Então, esse monitoramento feito pelo GGI inúmeras vezes nos auxiliou a, se não terminar com a investigação, pelo menos iniciá-la. Um caso que o monitoramento nos auxiliou muito foi naquela tentativa de homicídio que ocorreu na rótula da rodoviária. Ali, a gente chegou na identificação do veículo através do monitoramento.

a) Nesse sentido, como funcionam as relações entre os órgãos de governo, as forças de segurança e a comunidade?

Olha, eu acho, cada vez mais, que órgãos de segurança tem se dado conta que é só o trabalho conjunto que pode conter a criminalidade. Cada vez mais, a BM e PC têm se conscientizado que esse trabalho em prol da segurança pública precisa ser feito de forma compartilhada e, da mesma forma, a PC tem desenvolvido mecanismos para aproximar a comunidade do seu trabalho. Através de disque denúncia, do programa Mediar, que a gente desenvolve aqui na Delegacia, se cria um vínculo de proximidade, um vínculo de confiança com a comunidade, que isso faz com que, muitas vezes, a informação chegue pra PC, pro investigador, pro setor de investigação da Delegacia. Isso tem nos proporcionado inúmeros casos através dessa proximidade tanto com os outros órgãos de segurança quanto com a comunidade.

b) Quais as ações integradas desenvolvidas atualmente e como isso influencia no combate à criminalidade?

Essas ações integradas, essa troca de informações que a gente tem com a Brigada e, como eu disse, inúmeros trabalhos de ordem preventiva que a PC tem oferecido e isso nos aproxima da sociedade, da comunidade. Como disse, nós temos o programa Mediar, que dá um atendimento diferenciado, uma resolução de conflitos através da mediação, da conversa, e que cria um laço mais próximo com a comunidade. Nós também temos desenvolvido com bastante êxito, aqui em Capão da Canoa, a Delegacia amiga dos animais, onde a gente recebe inúmeras denúncias de maus tratos aos animais. Como a gente tem sido muito presente, atuante nessa área, isso cria um vínculo com a comunidade. A comunidade passa a ver nosso trabalho com bons olhos e isso também faz com que ela se encoraje a nos procurar e fazer denúncias quando toma conhecimento de algum fato criminoso. A gente tem feito também um trabalho social, de arrecadação de agasalhos, alimentos, rações para ONGs de proteção dos animais e isso também muda um pouco a visão do

público pro trabalho policial, que a polícia não é só aquele órgão repressor, que atua fortemente, duramente contra as pessoas, mas que consegue ver a polícia com esse lado mais social, com esse lado mais próximo da comunidade. Isso tem feito com que as pessoas confiem na polícia e, a partir dessa confiança, tomem coragem para denunciar questões de violência doméstica, questões que envolvam crianças ou até quando tomam conhecimento da autoria de algum crime.

3 - Observou-se uma redução nos índices de criminalidade nos últimos anos. Ao que se deve esse movimento?

Eu acho que isso deve a mudança na forma de proceder face à criminalidade, ou seja, a gente tem trabalhado mais inteligência, com mais tecnologia e com a informação, pois sem informação não há investigação que proceda. Então, a gente se aproximou do trabalho preventivo da BM para saber o que estava acontecendo na rua para que a gente possa atuar mais pontualmente depois que o crime ocorrer.

a) As ações integradas estão relacionadas a essa redução?

Com certeza. Eu acho que sem o trabalho integrado entre da BM, PC, da Susepe, do IGP, não há como fazer segurança pública eficiente, porque um trabalho depende do outro. Não adianta eu desenvolver uma investigação, se no momento que eu precisar de uma perícia, eu não puder contar com o IGP. Da mesma forma, não tem como a Brigada fazer um policiamento ostensivo e, se houver uma falha, não puder contar com a PC. Não adianta nós efetuarmos uma prisão se, na hora de encaminhar o preso ao sistema prisional, não tenhamos a Susepe para nos amparar. A gente é, na verdade, vários órgãos de uma mesma busca, que é pela persecução criminal.

b) Quais as metas e projeções para a área da segurança nos próximos anos?

Olha, conforme os dados fornecidos mensalmente pelo RS Seguro, a gente está em um patamar muito bom dentro do possível, dentro do nosso efetivo, dados muitos positivos na área da segurança pública. Óbvio que a gente quer reduzir ainda mais e, pra essa redução, a gente busca mecanismos de modernidade. Assim como a gente busca que possa ampliar o número de policiais para fazer a investigação, a gente precisa melhorar na tecnologia, cada vez se aperfeiçoar mais, ter mais mecanismos que nos possibilitem atuar de uma forma inteligente e, cada vez mais, e eu acho que esse é o grande pulo do gato, na segurança pública, trabalhar na prevenção. Se a prevenção falha, não há mecanismos e gente que chega. Eu acho que a prevenção criminal é, em uma sociedade, o grande objeto a se buscar dentro da segurança pública.

APÊNDICE G – Entrevista com o inspetor e chefe de investigação da Polícia Civil de Capão da Canoa.

Entrevista com o inspetor e chefe de investigação da Polícia Civil de Capão da Canoa, realizada no dia 2 de agosto de 2021, em Capão da Canoa.

1 - Qual a avaliação do momento da segurança pública no município?

Nós estamos atravessando um momento de certa tranquilidade, graças ao aprimoramento dos equipamentos de segurança, aí entram as câmeras da prefeitura e também à união das forças de segurança, que seria a brigada militar e a polícia civil. Então, nosso momento agora, diria que está, em tese, sob controle.

a) De 2015 pra cá, houve mudanças no cenário da segurança? Se sim, quais?
É, tivemos algumas mudanças. A instalação do Sistema de Segurança e Monitoramento e cercamento eletrônico da cidade nos ajudaram muito. Houve uma aproximação com a brigada militar. Também fizemos esse trabalho externo de acompanhamento das áreas em que havia mais homicídios e as áreas de maiores eventos criminosos de maior vulto e, a partir dali, a gente conseguiu dar uma estancada em cima desse fato que preocupava tanto a cidade de Capão da Canoa.

b) Existe uma política pública de segurança em Capão?

Não. Da Prefeitura, nós temos a boa vontade com as câmeras de segurança, com a Brigada Militar fazendo o policiamento ostensivo e a Polícia Civil faz o sistema investigatório. Daria pra nós termos mais projetos em cima da segurança pública da cidade. Uma das ideias que eu torço pra que ainda saia do papel é a Guarda Municipal, que seria de muita importância, tanto nas escolas, onde existem certos pontos de traficância e furtos, como também nas praças e parques, onde nós temos crianças e agora o maior número de turistas, que cada dia aumenta na cidade.

2 - Em junho de 2018, a Prefeitura instalou o GGI. O que isso significou para a área da segurança pública?

Significou uma parceria, que nós não tínhamos até então, uma parceria tão grande com a Prefeitura. Ela nos apoiava e, sempre que podia, alcançava alguma coisa em relação à segurança, como equipamento, estagiários, mas enfim, com a chegada do GGI, isso aprimorou a nossa fiscalização em torno da cidade. Nós fizemos nosso mapeamento eletrônico. Temos algumas dificuldades, como por exemplo, a nossa dificuldade de conseguir uma placa de um veículo durante a noite. Se essas câmeras pudessem ser atualizadas em relação a isso seria maravilhoso para nós aumentarmos o nível de coisas boas em Capão da Canoa.

a) Nesse sentido, como funcionam as relações entre os órgãos de governo, as forças de segurança e a comunidade?

É, também acho que nesse ponto nós teríamos que nos unir mais. Fazermos uma vez por mês ou a cada 2 meses, uma reunião para que tivéssemos uma ação conjunta, verdadeiramente conjunta, visando alcançar um maior êxito em relação

aos cuidados da cidade. As relações são boas, das forças de segurança com os órgãos de governo, há muita união e conversa. Mas, eu acho que a comunidade está um pouco afastada da nossa área de segurança. Isso é o que me incomoda um pouco. Daria para nós aproximarmos a comunidade das áreas de segurança.

b) Quais as ações integradas desenvolvidas atualmente e como isso influencia no combate à criminalidade?

Nós temos as operações policiais e também as trocas (de informações). Eu posso te dizer assim, aqui na investigação de Capão da Canoa, como a Brigada Militar tem a seção de Inteligência, chamada P2. Essa troca de informação com a Brigada Militar é fundamental para nós. Fica uma dependência saudável entre as duas instituições. E a gente procura livrá-las de qualquer tipo de vaidade. Então, as forças de segurança e os órgãos do governo, como eu te disse, poderiam ampliar isso, em relação à Prefeitura e até ao Governo do Estado. Aí temos outros fatos que posso até te adiantar, por exemplo, os órgãos de saúde Municipal. Temos ali os cães, os cavalos, em tudo isso a Polícia Civil trabalha, não é só em crime. A gente tem recolhido animais e a Prefeitura tem nos ajudado nisso também, no canil. Mas gostaríamos que ampliasse o canil. O crime contra os animais é um crime que estamos combatendo forte aqui em Capão da Canoa. Então, diminuíram os homicídios, mas tem outros tipos de crime, como a violência contra os animais e, agora, o número de estelionatos aumentou um pouquinho.

3 - Observou-se uma redução nos índices de criminalidade nos últimos anos. Ao que se deve esse movimento?

Essa redução é fruto de um estudo feito pela Polícia Civil e a Brigada Militar. Esse estudo é em conjunto, nós temos o RS Seguro que é um programa de segurança do Estado do Rio Grande do Sul, onde a gente debate os índices de violência. E, em cima disso, nós criamos um mapeamento da cidade e, graças a Deus, conseguimos a redução nos índices de criminalidade. Óbvio, que migra para outros crimes, o bandido não é bobo. Pra onde que ele tem ido? Para o estelionato, que é o crime cibernético. Aí também, se a Prefeitura fizesse junto conosco e com a Brigada Militar um plano de divulgação de como não cair em golpes cibernéticos, por exemplo, e divulgassem em todos os órgãos públicos e escolas, etc., nós conseguiríamos diminuir esse número do estelionato.

a) As ações integradas estão relacionadas a essa redução?

Estão diretamente relacionadas a essa redução. Todas as nossas ações aqui são integradas, visando à melhoria da qualidade de vida da população de Capão da Canoa e aí entra a Prefeitura, com seu sistema de Monitoramento e nós com a Brigada Militar fazendo a segurança da população, cada um na sua área.

b) Quais as metas e projeções para a área da segurança nos próximos anos?

A meta da Polícia Civil é manter esse foco em cima dos crimes mais graves, tentar contê-los. Nós somos uma referência no estado do Rio Grande do Sul. Capão da Canoa era uma das piores cidades em matéria de violência. Hoje, ela já foi citada, por dois anos consecutivos, como a que tem o melhor índice, no que teve mais

evolução. Então, o nosso planejamento é manter essa diminuição, manter a ação contra os crimes violentos e, em contrapartida, ampliar o leque para que esses outros crimes que vem surgindo, como o estelionato, como os crimes contra animais, a violência doméstica, que a gente consiga diminuí-los também. Nós tiramos da emergência que era a violência ruim para a cidade, a violência que causa um estrago na imagem da cidade, que é a violência contra as pessoas, e, agora, nós estamos tentando controlar para onde se ramificaram os crimes.